

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A HISTÓRIA DE META-HISTÓRIA
Um estudo sobre a teoria da história de Hayden White

Marcelo Augusto Parrillo Rizzo

Orientador: Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva

GOIÂNIA
2009

MARCELO AUGUSTO PARRILLO RIZZO

A HISTÓRIA DE META-HISTÓRIA

Um estudo sobre a teoria da história de Hayden White

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do grau de mestre em História. **Área de Concentração:** Cultura, Fronteiras e Identidades
Linha de Pesquisa: Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva

GOIÂNIA
2009

A HISTÓRIA DE META-HISTÓRIA

Um estudo sobre a teoria da história de Hayden White

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do grau de mestre em História defendida em _____ de _____ de _____ frente à banca examinadora composta por:

PROF. DR. LUIZ SÉRGIO DUARTE DA SILVA (UFG)
(PRESIDENTE)

PROFA. DR. SÉRGIO RICARDO DA MATA (UFOP)
(ARGÜIDOR)

PROF. DR. CARLOS OITI BERBERT JÚNIOR (UFG)
(ARGÜIDOR)

PROF. DR. MARLON JEISON SALOMON (UFG)
(SUPLENTE)

Goiânia
2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Luis Sérgio qual este trabalho não seria possível sem sua participação, aos professores do Departamento de História da UFG, em especial, os professores Marlon Salomon e Carlos Oiti, a todos os companheiros da faculdade especialmente a Laura de Oliveira, que me ajudou tanto em todos os momentos da pós-graduação, à minha família que esteve comigo em todos os momentos difíceis, à Vanessa que nos últimos momentos se prontificou a ajudar no preparo do texto, à Michelly, por ser minha companheira especial em todos os momentos bons e ruins nos anos de estudo.

Sumário

Introdução.....	07
1. Crítica Literária.....	09
1.1 Saussure.....	10
1.2 Formalismo Russo.....	12
1.3 Nova Crítica.....	17
1.4 Estruturalismo.....	24
1.5 Desconstrucionismo.....	30
2. A História.....	35
2.1 Historiografia Norte-Americana.....	35
2.2.1 Filosofia Analítica da História.....	39
3. A História de Hayden White.....	51
3.1 White Engajado.....	51
3.2 Meta-História e Trópicos do Discurso – A fase formalista.....	54
3.2.1 A História de Meta-História.....	54
3.2.2 Meta-História e a Filosofia Analítica.....	69
3.2.3 Meta-História e o Estruturalismo.....	73
3.2.4 Meta-História e a Crítica Literária.....	77
3.3 Hayden White pós-estruturalista?.....	80
Conclusão.....	87
Bibliografia.....	90

RESUMO

A HISTÓRIA DE META-HISTÓRIA: Um estudo sobre a teoria de Hayden White

Este trabalho trata da concepção de história de Hayden White, tal como exposta em seu livro Meta-História e nas compilações de seus artigos. Será apresentada e discutida a interpretação de White sobre a relação da disciplina histórica com a literatura e a ciência, relação que norteia sua compreensão sobre a escrita histórica.

ABSTRACT

The History of Metahistory: A Study of Hayden White's Theory

This work concerns to Hayden White's conception of history, like was exposed in his book *Metahistory* and the compilations of his articles. It will be presented and discussed White's interpretation about the relation of the historical discipline with literature and science, Relation that guides his understanding of historical writing.

Introdução

Para alguns Hayden White representa uma nova era na historiografia que venceu as barreiras do objetivismo cego e revelou a nefasta mão do poder por trás dele, para muitos White é o símbolo da invasão bárbara do relativismo no terreno calmo da historiografia. Esta dissertação não tem o objetivo de aderir a nenhum dos dois lados da interpretação sobre a obra de White, mas sim, estudar e analisar os componentes e instrumentos que permitiram a sua elaboração.

Estes elementos que compõem suas teses são identificados por nós como pertencentes a duas correntes principais: a crítica literária e a filosofia da história. Claro que uma teoria tão cheia de nuances abarca vários outros campos de estudo, mas a base da obra de Hayden White, em nossa visão, é constituída pela crítica literária do século XX e pela filosofia analítica da história.

Na verdade, a grande novidade das idéias de White consiste exatamente na articulação dessas duas correntes, pois é partindo das propostas da filosofia analítica da história e daquilo que considera suas falhas que White irá apelar à crítica literária e esta contribuição se tornará o alvo de todas as críticas e elogios dos historiadores.

Como observaremos ao longo do estudo, as críticas relacionadas ao seu suposto alinhamento ao “pós-modernismo” parte de uma interpretação precipitada da obra de Hayden White, pois apesar da proposta de opacidade da narrativa histórica gerar o propalado relativismo, o autor de *Meta-História* procura controlá-lo através da construção de uma matriz tropológica “neutra” que possa identificar e classificar os textos historiográficos, algo que enxergamos como uma influência clara das tendências cientificistas da crítica literária que podem ser apropriadas por White pela dicotomia que ele estabelece entre ciência e discurso narrativo, dicotomia que tem origem em seu pensamento através dos filósofos analíticos da história.

O importante nesta análise para nós, será identificar a teoria da história de White e seus pressupostos, ou seja, classificá-la de acordo com o que ela propõe e isto significa retirar White do alinhamento automático com as teses pós-modernistas radicais como as de Keith Jenkins¹.

¹ O pós-modernismo em nossa análise será caracterizado como visão irônica do mundo que em suas formas extremas oferece pouco espaço à História tal como nós a conhecemos tal

Tendo isso em vista, discutiremos no capítulo 1 os avanços da crítica literária e suas contribuições para a formação das teses de Hayden White, enquanto que no capítulo 2, iremos descrever o contexto historiográfico norte-americano que permitiu a emergência de uma obra como a de White e em seguida, estudaremos o desenvolvimento da filosofia analítica da história e observaremos filósofos que antecederam e contribuíram para as idéias de White. Já no capítulo 3, estudaremos os escritos de Hayden White e procuraremos desenvolver a análise de como os elementos dos capítulos anteriores podem ser identificados na construção de suas teses e como nos permitem interpretá-lo **como** um teórico que, apesar da influência e cruzamento com as teses que formaram a base do pós-modernismo norte-americano, não se confunde com elas, permanecendo como um estudioso que em um primeiro momento busca fundar as bases sólidas de um sistema “científico” de compreensão das narrativas historiográficas e quando em contato maior com as teses pós-estruturalistas, absorve-as sem deixar de lado a concepção dicotômica entre ciência e narrativa herdada da filosofia analítica da história e da crítica literária aqui estudada.

como está conceituado em APPLEBY, Joyce; JACOB, Margareth; HUNT, Lynn. *Talking the truth about history*. New York : W. W. Norton, 1994. Em diversos momentos de nossa dissertação o conceito de pós-modernismo não se distingue de pós-estruturalismo, pois, apesar de sabermos que são duas coisas distintas, em nossa concepção eles se aproximam e se fundem em diversos momentos na crítica historiográfica.

1. Crítica Literária

Neste primeiro capítulo estudaremos os desenvolvimentos da crítica literária no século XX, cujas teses serão de extrema importância para o desenvolvimento da teoria de Hayden White.

A história literária surgiu no século XIX provinda do pensamento romântico e positivista sobre o que se constituía a história e a literatura. René Wellek concebe sua origem aos intelectuais ingleses e escoceses do século XVIII como Robert Lowth, Thomas Percy, John Brown e outros². Esta história literária inicial era calcada nas noções de causalidade e progresso, idéias que faziam parte da visão oitocentista da História.

No seu começo, suas teses tinham como base o historicismo e acabou sofrendo junto com o declínio deste na chamada “crise da história”, iniciada ainda no fim do século XIX e agravada no início do século XX. Com as novas idéias de inclinação anti-historicista que começaram a surgir, os estudos literários sofreram a influência de correntes cuja característica principal era a contestação dos métodos da História da Literatura, herdeiros dos métodos históricos tradicionais, já que essa abordagem esvaziava a autonomia artística dos textos, reduzidos a meros efeitos de causas sociais.

Os primeiros movimentos que contrapuseram a crítica literária historicista foram o formalismo russo e a Nova Crítica que combatiam a visão de seus antecedentes sobre a literatura imaginando a obra literária como um produto linguístico autônomo, cujo estudo podia ser empreendido sem que os fatores que contribuem para a construção de um texto devessem ser pesquisados através de fatores extrínsecos a ele, como os relacionados à biografia do autor e às idéias sociais da época em que ele está inserido.

O desenvolvimento das teses destes movimentos do início do século XX desembocou no Estruturalismo, que a partir da década de 60, constituiu uma nova maneira de crítica literária que transbordou de seu campo específico e atingiu as ciências humanas através da idéia do papel da linguagem nas atividades humanas

² PERKINS, David. "Literary history and historicism." Romanticism. Ed. Marshall Brown. Cambridge University Press, 2000. Cambridge Histories Online. Cambridge University Press.p. 338

que demonstrava que os próprios fatos, objetos das ciências humanas, são construções linguísticas e não meros dados “reais” esperando para serem descritos e tornou indistinta a fronteira entre “ciência” e literatura. Mas isso não modificou apenas a concepção científica como também o próprio estudo da literatura não se aferrou aos escritos literários e expandiu-se para diversos fenômenos culturais que teriam o potencial de serem revestidos por “literalidade”.

Como veremos, esta atitude foi caracterizada por um viés político que passou a observar nestes diversos fenômenos, o papel ideológico da tradição literária como, por exemplo, a representação realista da realidade.

1.1 Saussure

Saussure foi a grande figura das mudanças ocorridas na crítica literária no século XX com suas teorias sendo inicialmente utilizadas pelos formalistas russos e pela Escola de Praga, principalmente Trousbetskoy e Jakobson. Através deste último se tornou um paradigma nas ciências humanas com sua absorção pelo estruturalismo.

Como Marcos Antonio Costa atesta, o desenvolvimento da linguística estrutural de Saussure constituiu um dos eventos mais significativos do pensamento científico do século XX. Grande parte dos progressos das ciências humanas que influenciou a obra de Hayden White é devido ao conceito de estrutura desenvolvido a partir das investigações sobre a linguagem que Saussure se propôs³. Antes de Saussure, a análise da linguagem se concentrou na história e na filosofia. Saussure, ao contrário, optou por uma análise sincrônica em que a linguagem era vista como uma estrutura negando qualquer conexão natural entre as palavras e os objetos a qual elas representavam.

Em seu *Curso de Lingüística Geral* de 1916, que é a reconstituição dos três cursos lecionados por ele entre 1907 a 1911 em Genebra, Saussure estabeleceu a dicotomia entre *langue* (língua) e *parole* (fala), sendo a *langue* um fenômeno supra-individual estabelecido por um contrato implícito entre membros de uma comunidade e que deve ser absorvido para que alguém desta comunidade possa se comunicar. A *parole*, por outro lado, é a manifestação individual e expressão real da

³ COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. IN: MARTELOTTA, Mário Eduardo. Manual de Lingüística. São Paulo: Contexto, 2008.

langue. A ciência da linguística que Saussure pretendeu criar deveria se concentrar na *langue* porque esta se encontra fora do indivíduo e por isso não pode ser criada nem modificada por ele, constituindo-se um sistema global de regularidades. A língua devia ser estudada em si, sem a preocupação com sua ligação com outros objetos. Isso porque a *langue* é um sistema de sinais onde a única coisa essencial é a união entre significados e imagens acústicas⁴.

Para Saussure, a concepção da anterioridade das coisas em relação às palavras é falsa porque o signo (a referência a um objeto no "mundo real") liga um significado (conceito) a um significante (imagem acústica). Esta ligação não é essencial e natural como se pensava, mas sim, arbitrária baseada em convenções e fixada por regras. A linguagem não designa um inventário imóvel de nomes designando coisas previamente oferecidas à compreensão humana e sim uma totalidade funcional referente a uma comunidade em determinado ponto da história. A linguagem não se constitui pela sua história provinda de uma linguagem essencial podendo ser desvelada através da linguagem comparativa e o agrupamento das línguas em famílias. Ela é simplesmente uma série de diferenças fonéticas combinadas a uma série de diferenças conceituais⁵.

Os signos não se diferenciam através de um conceito que o antecede ou através da essência da coisa significada. Seu significado deriva de sua posição em um sistema diferencial de signos. No sistema saussureano, o conceito de diferença toma a primazia ao invés do conceito de identidade. A diferença de um signo em relação a outro é o que o constitui e não a sua ligação imanente com um objeto do mundo real.

A linguagem, para Saussure, poderia se comparada a um jogo de xadrez. Como qualquer peça pode representar o rei, qualquer som pode representar o conceito de "mesa", e, para que isso aconteça só é necessária uma convenção. Além disso, no xadrez, o significado de uma peça está relacionado com as outras peças, ela não o possui como algo intrínseco, mas sim ele está ligado à sua posição em relação às outras peças. O significado de uma palavra também está ligado às outras palavras da língua e como elas se relacionam em determinado momento. Como no jogo do xadrez onde qualquer lance altera as relações das peças, a

⁴ HABIB, M. A. R. A History of Literary Criticism from Plato to the Present. Oxford: Blackwell, 2004.p. 634.

⁵ STAM, Robert. Introdução à teoria do cinema. Campinas, Papirus, 2003. p. 125.

introdução de uma nova palavra tem conseqüências em todas as outras em um texto, uma expressão ou na língua como um todo⁶. O valor de cada peça como o de cada palavra não é definido por sua materialidade e sim instituído no interior do jogo - no caso da peça de xadrez - e da linguagem - no caso da palavra. A *langue* funciona como o sistema de regras do xadrez enquanto a *parole* são lances de um jogo particular. O que se pretende com esta analogia é mostrar que a materialidade da linguagem como o som, o movimento labial e os gestos não determinam sua estrutura.

A *langue* é forma e não substância⁷ e por isso sua análise, segundo Saussure, deve ser sincrônica porque não há preocupação com o desenvolvimento no passar do tempo e sim na descrição da *langue* como sistema. O que importa a ele são as regularidades do léxico, da gramática e da fonologia que são absorvidas pelas pessoas na fase da internalização da língua.

A linguagem deve ser estudada em si mesma e por isso deve-se constituir uma ciência específica a ela que descarte os elementos extra-linguísticos que interferem em seu estudo como a história e a filosofia. Somente através de suas relações internas e a diferença entre seus componentes é que se pode desvelar a estrutura da linguagem.

1.2 Formalismo Russo

O formalismo russo, apesar de seu curto período de vida institucional na União Soviética, se tornou um movimento de grande influência no mundo ocidental e principalmente na crítica literária, sendo considerado pela maioria dos estudiosos como precursor do estruturalismo.

Victor Erlich, um dos maiores estudiosos do formalismo russo, classifica-o como uma entidade histórica identificável que floresceu nos anos 20 e foi forçosamente suprimida nos anos 30⁸. Nós o estudamos aqui como um grupo de

⁶ MARTELOTTA, Mário Eduardo (org). Manual de Lingüística. São Paulo: Contexto, 2008.p. 118.

⁷ COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. IN: MARTELOTTA, Mário Eduardo. Manual de Lingüística. São Paulo: Contexto, 2008. p. 115.

⁸ ERLICH, Victor. Russian Formalism: History, Doctrine. Third Edition. The Hague: Mouton 1965. p. 1. Não existe um consenso sobre a caracterização de “escola” do formalismo russo.

críticos que surgiram a partir de 1890 e tiveram seu grande momento durante a Primeira Guerra Mundial, estabelecendo-se institucionalmente após a revolução comunista e tornando-se marginalizado no final dos anos 20 com a ascensão do Stalinismo.

Sendo o historiador Hayden White o objeto de nosso estudo, é quase impossível não ligarmos o título de sua coletânea de artigos *Content of the Form* (Conteúdo da Forma) com um dos slogans do formalismo russo "form determines content" (forma define o conteúdo).

Antes do desenvolvimento dessa escola, a crítica literária russa fazia o papel de profetas propagandistas baseando o julgamento de seus trabalhos literários a partir de princípios ideológicos. Os trabalhos dos escritores eram analisados mais por seu significado moral ou social do que por sua concepção estética. A beleza estética de um escrito nunca poderia compensar a posição filosófica insatisfatória do escritor, o estilo era considerado apenas uma ferramenta para a apresentação do conteúdo pelo autor⁹. Este tipo de crítica atrelada à política não era um privilégio dos radicais que buscavam a derrubada do regime czarista e enxergavam a necessidade de uma arte engajada. Os críticos conservadores também julgavam as obras em relação a sua adequação à exacerbação do nacionalismo e eslavofilia que eram temas correntes naquele período da história russa.

Foi como reação a esta ênfase no conteúdo da escrita, que surgiram as premissas do formalismo russo. Mas esta reação não seguiu a visão simbolista que enfatizava o esteticismo, o valor da arte por ela própria e uma crítica subjetivista. Ela surgiu como oposição aos dois pólos de interpretação, procurando livrar a crítica de seu papel unicamente ideológico e de interpretações filosóficas subjetivas dos simbolistas.

O formalismo procurava constituir uma "ciência" através da ênfase nos dados empíricos ao invés de teorias e grandes sistemas de compreensão. Para que a crítica literária pudesse emular os princípios e resultados de uma ciência, era necessário livrar o estudo da literatura de idéias provindas de terrenos que não pertencessem a este estudo como a filosofia, a psicologia ou a história. O foco deveria sair dessas outras disciplinas e concentrar-se naquilo que constitui a

Johanna Drucker, por exemplo, não o vê constituindo uma escola, mas apenas significando um estágio peculiar da história da teoria literária eslávica. Ver *Formalism's Other History*.

⁹ HABIB, M. A. R. *A History of Literary Criticism from Plato to the Present*. Oxford: Blackwell, 2004.

literatura, a linguística¹⁰. Isso é o que Roman Jakobson deixa claro quando afirmou que para o estudo da literatura se tornar uma ciência deve reconhecer o “dispositivo” como seu único herói. Já que para ele, a poesia não é filosofia, psicologia ou moralidade e sim a linguagem em sua função estética. Por isso, o objeto do estudo literário não é a literatura, mas sim a literalidade que torna um trabalho verbal em trabalho literário.¹¹

A ciência se tornou o ideal de precisão contra o misticismo e didatismo que compunham a crítica literária. A maioria dos formalistas russos como Victor Shklovsky, Boris Eichenbaum, Boris Tomashevsky, Lev Jakubinsky, Osip Brik, Jurij Tynjanov e Roman Jakobson tinham como ideal a formalização da crítica literária como ciência. Habib aponta que este foco na linguística foi inspirado por Leo Jarubinsky, um linguista russo que desenvolveu um princípio que se tornaria básico no estudo formalista da poética: o contraste entre linguagem prática e linguagem poética¹². Este contraste surge porque a linguagem prática para eles contém um padrão linguístico de sons e componentes morfológicos que não possuem valor independente e são apenas meios de comunicação, enquanto o padrão da linguagem poética adquire valor independente do objetivo de comunicação. O valor dos sons não está apenas no seu conteúdo comunicativo, mas na sua própria articulação e pronúncia.

Shklovsky em seu texto “Arte como Técnica” em 1917, introduziu o conceito de desfamiliarização mostrando como a linguagem prática utiliza-se até de expressões incompletas e frases sem terminar para expressar o seu conteúdo em um processo de automatização que permite um menor esforço e reduz os objetos a símbolos que não nos permite apreendê-los¹³. A linguagem poética aparece exatamente para criar uma percepção específica do objeto e não do seu significado, ela cria uma visão do objeto que não tem como objetivo significá-lo. Ela desloca o uso habitual do objeto como símbolo e o torna “não-familiar” dificultando e

¹⁰ Peter Steiner lembra que nunca houve um acordo geral entre as diversas concepções dos formalistas russos sobre a noção ou o quadro teórico para a descrição do modelo linguístico. Ver Steiner, Peter. “Russian Formalism.” *The Cambridge History of Literary Criticism*. Ed. Raman Selden. Vol. 8. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. 11-29. 8 vols.

¹¹ Jakobson pertenceu ao Círculo linguístico de Praga. E não ao Formalismo Russo. Aqui tratamos os dois movimentos como “análogos” devido sua recepção posterior no ocidente.

¹² HABIB, M. A. R. *A History of Literary Criticism from Plato to the Present*. Oxford: Blackwell, 2004.

¹³ SHKLOVSKY, Viktor. “Art as a Technique,” in L. T. Lemon and M. J. Reis, trans. and eds., *Russian Formalist Criticism: Four Essays* (Lincoln: Univ. of Nebraska Press, 1965), p.13.

prolongando sua percepção. A arte é uma maneira de expressar a experiência artística do objeto, o objeto não é importante¹⁴.

Esta distinção entre linguagem prática e poética foi um aspecto importante para o desenvolvimento das diversas idéias que constituem o formalismo russo, pois, a forma deixou de ser apenas o "envelope" que carrega certo conteúdo e não se preza a nada. A concepção formalista de forma não requer nenhum conteúdo correspondente. A forma em si é algo completo e entendido como conteúdo.

A desfamiliarização de Shklovsky demonstrou que a arte faz com que a própria forma seja notada independente de seu conteúdo. Jakobson tomou a função poética como uma função que "põe em evidência o lado palpável dos signos, aprofunda por isso mesmo a dicotomia dos signos e dos objetos".¹⁵ Esta dicotomia fica clara nos tropos, como a metáfora e a metonímia, de Jakobson que funcionam como catalisadores de uma nova esfera de percepção deslocando os objetos de seu lugar habitual na linguagem prática tornando o familiar estranho. Portanto, o elemento essencial da literatura não é seu conteúdo. Não há um determinado assunto que possa ser identificado como exclusivamente seu para assim a identificarmos. O que constitui a literatura é a maneira como ela é escrita que a distingue de qualquer outra narrativa. A forma é o que torna a literatura "literária".

A forma não corresponde ao seu conteúdo, ela possui suas próprias regras e história. A história da tragédia dramática não é a história das diferentes idéias expressas em peças, e sim, a história de como a forma mudou, como suas convenções evoluíram¹⁶. Com a idéia de que a literatura obedece suas próprias leis e funciona como um sistema autônomo, a emoção deixa de ser o seu aspecto essencial. Jakobson demonstrou isso ao discutir que os românticos, que são tantas vezes descritos como pioneiros do mundo metafísico e mensageiros do sofrimento espiritual, aparecem aos seus contemporâneos como a destruição das formas clássicas e revelação de novas formas. Ele revela que as preocupações dos românticos com a alienação, o individualismo e a revolução não eram resultados de suas preocupações com seus contemporâneos, mas de suas formas não clássicas.

¹⁴ SHKLOVSKY, Viktor. "Art as a Technique," in L. T. Lemon and M. J. Reis, trans. and eds., *Russian Formalist Criticism: Four Essays* (Lincoln: Univ. of Nebraska Press, 1965).

¹⁵ JAKOBSON, Roman. Concluding statement: Linguistics and poetics. In *Style in Language*. edição de T. Sebeok, p. 350-377. Nova York, Wiley, 1960.

¹⁶ RIVKIN, Julie and RYAN, Michael. Eds. *Literary Theory: An Anthology*. Malden, Massachusetts: Blackwell, 1998. p.1.

Essa concepção da forma levou os formalistas russos a estudar os dispositivos literários, técnicas e procedimentos que os escritores se utilizam e a construção do enredo. Eles propuseram um modelo binário para a análise da narrativa literária inspirado no sistema linguístico de Saussure. O enredo passou a ser visto como um dispositivo de composição e como uma estrutura que formula a estória, sendo esta, apenas uma descrição dos eventos. A estória representa a relação causal-temporal que constitui a narrativa, ou seja, como os vários incidentes são relacionados uns aos outros e são cronologicamente ordenados, da forma como os eventos como teriam acontecido. O enredo é a apresentação artística destes eventos, o que envolve reordenações, justaposições, repetições, entre outros com o objetivo de maximizar o efeito no trabalho literário¹⁷.

Com isso, os formalistas russos acreditavam que a evolução literária podia ser entendida a partir do processo de "automatização" dos princípios de construção artística. O uso repetido dos mesmos princípios de construção levava à sua automatização e perda de efetividade, o que induzia os escritores a aplicarem novas ou esquecidas formas de construção. Como colocou Tynjanov, qualquer novo trabalho literário devia necessariamente desconstruir as unidades existentes, ou por definição cessava de ser literário¹⁸. A história literária não é uma sucessão linear de uma geração literária para outra, não um legado transmitido de pai para filho, mas de tio para sobrinho¹⁹.

A ênfase na concepção de sistema e seu caráter sincrônico e a idéia de que a concepção literária relaciona-se apenas consigo mesma, levou à acusação de ahistoricismo por parte dos formalistas russos e à idéia de que as mudanças na sociedade com o passar do tempo não representam nenhum papel em qualquer transformação nas suas concepções literárias. Como Holub aponta, quando os formalistas se aventuravam na área da historiografia literária eles tendiam a se restringir ao literário. Isso fica claro na teoria da evolução literária mostrada acima,

¹⁷ BARRY, Peter. *Beginning Theory: An Introduction to Literary and Cultural Theory*, Manchester, Manchester UP, 2002. P. 161

¹⁸ GENTZLER, Edwin. *Contemporary Translation Theories*. Routledge, New York, 2003. P. 110. Tynjanov apesar de formalista, entra em conflito com os antigos formalistas.

¹⁹ "According to the law which, as far as I know, I was the first to formulate, in the history of art the legacy is transmitted not from father to son, but from uncle to nephew." SHKLOVSKY, Viktor in ERLICH, Victor. *Russian Formalism: History, Doctrine*. Third Edition. The Hague: Mouton 1965.

pois não se pode perceber nenhuma conexão com desenvolvimentos históricos mais gerais²⁰.

White faz várias críticas a esta falta de concepção histórica do formalismo russo, mas podemos enxergar a influência dos formalistas russos em diversos momentos nas obras de White. Uma das principais é o uso que White fará da estrutura binária história/enredo. A partir desta distinção White irá argumentar a favor do caráter construtivo da narrativa histórica.

Para os formalistas, o enredo irá maximizar os efeitos da história na obra literária. White defende que a história é um "elemento primitivo" que representa a disposição dos eventos históricos em uma hierarquia que explicita a sua relação causal que será transformada em uma narrativa histórica, correspondendo ao enredo na concepção formalista. Se na obra de ficção o enredo serve para maximizar os efeitos que pretende produzir no leitor, a narrativa histórica tem como objetivo explicar a escolha, disposição e a relação causal dos eventos provendo-lhe sentido²¹.

A diferença, como White nota, é que ao contrário dos textos literários, as obras históricas são feitas dos acontecimentos que existem fora da consciência do escritor²². Na obra literária, muitas vezes é difícil a distinção entre a crônica que é transformada em história e a história contada, enquanto que na narrativa histórica, a crônica preexiste em relação à história pois é selecionada a partir de eventos já existentes que serão narrados.

1.3 Nova Crítica

A Nova Crítica surgiu no sul dos Estados Unidos nos anos 30 do século XX partindo de uma visão conservadora e hostil à industrialização e qualquer evolução social de caráter progressista, podendo-se dizer que é um movimento paralelo ao formalismo russo e que se consolidou nas décadas 40 e 50 do mesmo século²³. Este movimento, que girou em torno de John Crowe Ransom, tinha em vista uma

²⁰ HOLUB, Robert C. *Reception Theory: A Critical Introduction*. London: Methuen, 1984. p. 57

²² WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 45.

²³ A Nova Crítica é vista pela maioria dos estudiosos como um movimento sem uma definição espaço-temporal limitada. Ver COHEN, Keith. *O New Criticism nos Estados Unidos*. In: COSTA LIMA, Luiz. *Teoria da literatura em suas fontes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. II.

crítica literária que escapasse da erudição histórica e se concentrasse nas técnicas da poesia, tornando o ofício “profissional”. Esta visão da crítica literária pode ser vista como uma contraposição à crítica literária marxista, muito influente no momento, que pregava o engajamento social da obra artística (as escolhas morais, políticas e sociais do conteúdo eram os elementos a serem julgados pelo crítico).

Influenciados por teóricos e poetas britânicos e americanos como Ezra Pound, T.S. Eliot e William Empson, entre outros, que lutavam contra as opiniões subjetivas dos românticos e pregavam a ênfase nos “dados”, a Nova Crítica buscava a objetividade no tratamento da obra literária através de uma abordagem que expurgava a história, a biografia e a sociologia da interpretação e preocupava-se com o que estava no texto. Esta objetividade implicava a exclusão de impressões pessoais, já que a atividade crítica deveria citar a natureza do objeto e não seus efeitos sobre o sujeito²⁴ e qualquer espécie de sinopse, pois esta é uma espécie de abstração do conteúdo real do texto. A meta desta objetividade era assegurar o status de disciplina autônoma da crítica literária, sem a necessidade da interferência de outras disciplinas.

A maneira pela qual a Nova Crítica poderia atingir esta objetividade era através da “leitura microscópica”, que significava atenção a todas as particularidades de um texto literário. A linguagem do texto era entendida como uma estrutura de significados onde o seu caráter ontológico podia ser apreendido pela análise dos seus elementos constituintes.

O suporte para a interpretação do crítico não surgia mais de matérias extrínsecas como a filosofia, psicologia ou a história, mas sim, partia de trechos do próprio texto. O crítico devia utilizar apenas o texto em si para construir sua interpretação, deixando de lado a intenção do autor e sua biografia como base da interpretação. É a partir desta idéia que surgiu um importante conceito da Nova Crítica que é a falácia intencional. William K. Wimsatt e Monroe Beardsley publicaram um livro em 1954 com este título argumentando que a vida do autor e sua época não fornecem informações para se analisar o texto em si, primeiro porque a intenção autoral normalmente não está disponível e mesmo que estivesse, o que ele pretendia com seu texto não significa ser o mesmo que ele escreveu. Por

²⁴ J.C. Ransom chega a citar esta como a primeira lei do New Criticism: “The first law to be prescribed to criticism, if we may assume such authority, is that it shall be objective, shall cite the nature of the object rather than its effects on the subject”. In RANSOM, John Crowe, ‘Criticism, Inc.’, The World’s Body. New York: Scribner’s, 1938.

este motivo, saber a intenção do autor não significa compreender o texto. Por isso, saber a intenção do autor não significa compreender o texto²⁵.

Além da "falácia intencional", os novos críticos cunharam também o termo "falácia afetiva", que designava a idéia dos novos críticos de que a interpretação pessoal do leitor não se relaciona apenas com o texto, mas com suas experiências passadas e por este motivo não corresponde a uma interpretação objetiva para análise das obras literárias. Isto não significa que tanto a intenção de um autor ou a interpretação pessoal de um leitor não possa corresponder à análise objetiva do texto, mas a única maneira de se certificar disso é através da análise dos elementos formais do texto como a métrica, a rima, os personagens e outros componentes que figuram na escrita.

O texto literário não depende do tempo para sua avaliação, ele é eterno e continua sempre o mesmo. Como Lois Tyson revela, seu significado é tão objetivo como sua existência física na página²⁶. Isso ocorre porque a sua construção e relação entre palavras constroem um significado específico que é único e não pode ser alterado por interpretações que variem no tempo.

Apesar desta busca pela definição do objeto como atemporal e a capacidade de uma interpretação objetiva, a Nova Crítica, ao contrário dos formalistas russos, não postulava uma ideia de ciência equiparada às ciências naturais. Para estes críticos, tanto a linguagem científica como a linguagem comum são muito diferentes da linguagem literária, porque as duas primeiras dependem da denotação, ou seja, da correspondência entre as palavras e os objetos a que se referem. Já a linguagem literária tem sua base na conotação, evocando significados diferentes daqueles que as palavras são associadas no dia-a-dia ou nas ciências²⁷, como deixou claro Cleanth Brooks²⁸. Sua comunicação não é direta, não pretende denotar um objeto ou idéia exterior a si própria como informação. Daí surgiu a famosa frase

²⁵ TYSON, Louis. *Critical Theory Today: A User-Friendly Guide*. New York: Garland Press, 1999.

²⁶ TYSON, Louis. *Critical Theory Today: A User-Friendly Guide*. New York: Garland Press, 1999. P. 137

²⁷ COHEN, Keith. O New Criticism nos Estados Unidos. In: COSTA LIMA, Luiz. *Teoria da literatura em suas fontes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. II.

²⁸ The tendency of science is necessarily to stabilize terms, to freeze them into strict denotations, the poet's tendency is by contrast disruptive, The terms are continually modifying each other and thus violating their dictionary meanings. In Brooks, Cleanth. *The Language Of Paradox* in RIVKIN, Julie and RYAN, Michael. Eds. *Literary Theory: An Anthology*. Malden, Massachusetts: Blackwell, 1998.p. 61.

de McLeash que tanto significou para os novos críticos: “Um poema não deveria significar, mas ser”²⁹.

Não é somente o conteúdo que é importante na mensagem, ao contrário da linguagem científica comum. O conteúdo está ligado intrinsecamente com sua forma e constrói seu significado. Tyson esclarece que para a Nova Crítica, a complexidade do texto é criada através dos significados conflitantes que residem nele e que são produtos de quatro tipos de dispositivos linguísticos: paradoxo, ironia, ambiguidade e tensão³⁰, que são elementos cruciais da forma poética.

Os dispositivos linguísticos não são um certo embelezamento ou decoração externos às obras literárias. São constitutivos da linguagem poética e apesar de suas disparidades, são harmonizados na obra construindo uma unidade. Para cada crítico, uma certa figura de linguagem como as citadas acima era o que constituía a “literalidade” da literatura. Cleanth Brooks, por exemplo, privilegiou o paradoxo como o tropo que caracterizava a poesia pela sua fusão entre o ideal e a “mundialidade” da linguagem³¹, já para Empson, a ambiguidade é própria de toda linguagem verbal e em contexto literário assume uma dimensão estética própria mesmo que não seja satisfatória por si própria³².

O crítico literário lia a obra observando essa “textura” (os padrões verbais de certa escrita) e a relacionava com os significados que a obra enuncia. A observação da utilização pelos escritores dos tropos são essenciais para a análise crítica objetiva, porém, a textura não deve ser confundida com a estrutura, pois esta significa a forma como texto foi construído, ou seja, a unidade orgânica. A textura são os detalhes: o estilo, o ritmo das sentenças, a sintaxe, o ritmo das sentenças. A distinção entre textura e estrutura que se tornou tão influente entre os novos críticos vêm do livro *The New Criticism* de Ransom onde ele argumentou que a estrutura é o discurso lógico que inclui a rima e a métrica, a textura seriam os detalhes como as imagens, a dicção e o som. A estrutura carrega a textura como uma bagagem em

²⁹ COHEN, Keith. O New Criticism nos Estados Unidos. In: COSTA LIMA, Luiz. Teoria da literatura em suas fontes. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. II.

³⁰ TYSON, Louis. Critical Theory Today: A User-Friendly Guide. New York: Garland Press, 1999. P. 137

³¹ RIVKIN, Julie and RYAN, Michael. Eds. Literary Theory: An Anthology. Malden, Massachusetts: Blackwell, 1998. P. 5

³² REIS, António Alves dos Reis. O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários, Coimbra, Liv. Almedina, 1995; 2ª ed.: 1997. P. 127

uma mala³³. Mas como McFarland alerta, o sucesso das texturas da Nova Crítica não se aplicava às formas textuais maiores³⁴. Nestas, a leitura da Nova Crítica acabava se tornando mal-construída e a busca pela unidade orgânica distorcia os elementos textuais. Somente através de Northrop Frye que o tipo de análise proposta pela Nova Crítica se adequou a estes textos³⁵.

Frye publicou sua obra em 1957, *Anatomy of Criticism* surgiu exatamente no momento do declínio deste movimento. Mesmo assim, muitos teóricos e historiadores posicionam Frye junto à Nova Crítica apontando-o como o último grande teórico desta corrente,³⁶ devido a diversos pontos de intersecção que ocorrem entre os dois. John Paul Russo aponta o fato de que Frye reconheceu as semelhanças entre suas premissas e as dos novos críticos e vários de seus temas correspondem como o antihistoricismo, o formalismo e a busca por totalidade³⁷.

Mas em seu livro, Frye ligou a Nova Crítica com a "visão estética" e a classificou como uma forma de crítica elitista que permitia apenas aqueles que dominam "técnicas especiais" praticá-la. E apesar das diversas semelhanças, em muitos trabalhos a obra de Frye é considerada o marco do fim desta crítica elitista e a ascensão de um criticismo centrado em mitos e arquétipos.

Para Frye, o mito é a matriz da literatura que provê arquétipos que compõem a estrutura de todas as formas narrativas conferindo-lhes seu sentido fundamental e seu conteúdo temático³⁸. A teoria dos mitos de Frye categorizou os princípios estruturais subjazendo a tradição literária ocidental. Isto é possível devido ao fato de que a imaginação narrativa, segundo Frye, se projeta de duas maneiras fundamentais: a representação de um mundo ideal ou a representação de um mundo real.

A representação do mundo ideal, que é associada por Frye ao gênero do romance na escrita literária, se define pela habilidade do herói em derrotar as

³³ Osborne, William. John Crowe Ransom in WILBANKS, Ray. Literature of Tennessee University Press, 1984.p 56.

³⁴ MCFARLAND, Thomas. Romanticism and the Heritage of Rousseau. Oxford: Clarendon, 1995. p. 7

³⁵ MCFARLAND, Thomas. Romanticism and the Heritage of Rousseau. Oxford: Clarendon, 1995. p. 7

³⁶ WANG, Ning. Northrop Frye and Cultural Studies, in Northrop Frye: Eastern and Western Perspectives, ed. Jean O'Grady and Wang Ning (Toronto, ON: U of Toronto P, 2003), 82-91. p. 82

³⁷ RUSSO, John Paul, The future without a past: the humanities in a technological society. Columbia ; London : University Press of Missouri, 2005.P. 167

³⁸ WHITE, Hayden. Trópicos do Discurso. São Paulo: EDUSP, 2001. p.141

ameaças e atingir seus objetivos. Já a representação do mundo real é caracterizada na literatura pelo gênero satírico, composto pelo herói que pode sonhar com o status heróico, mas que nunca o atingirá devido ao seu caráter humano como o do próprio leitor. A tarefa que se incumbe é sempre maior do que suas forças. O gênero trágico é formado pela transição do mundo ideal para o mundo real. O herói possui potencial para se tornar um herói no moldes do romance, mas ele é apresentado ao mundo real através da queda e da derrota, da qual ele nunca mais irá se recuperar. Na comédia ocorre o movimento inverso, do mundo real para o mundo ideal, pois o protagonista se vê enredado em diversas dificuldades características do mundo real, que diferem no seu caráter aos obstáculos que se contrapõem ao herói romântico pelo seu absurdo e humor, mas através de mudanças na trama consegue superá-las e atingir a felicidade³⁹.

White utilizará a classificação de Frye para identificar quatro modos de elaboração de enredo que servem como modo de explicação histórica na narrativa. O historiador modela a história que pretende narrar em uma sequência de eventos que acaba por revelar uma história em um dos estilos determinados por Frye.

Como White equipara a narrativa histórica à ficção verbal cujos conteúdos são tão inventados quanto encontrados e por isso tendo mais em comum com a literatura do que com as ciências, ele emprega os arquétipos da mesma forma que nos escritos literários, modificando seu conteúdo de acordo com a ordenação da sequência dos eventos⁴⁰.

Neste ponto, White se opõe a Frye que acreditava que o histórico se opunha ao mítico, pois o primeiro trabalha através de métodos indutivos coletando dados e evitando qualquer forma de formatação de seu texto que fuja a pura descrição dos fatos. Os únicos que fugiriam a este padrão para Frye, seriam os filósofos da história que empenhados em uma busca teleológica alcançariam uma forma mítica e uma estrutura poética.

White contesta esta visão argumentando que a criação das narrativas históricas pressupõe a codificação dos eventos em um modo de explicação que ele chama de “urdidura de enredo”⁴¹ utilizando-se de tipos de configuração dos eventos conhecidos pelo leitor para que este possa reconhecer como histórias

³⁹ TYSON, Louis. *Critical Theory Today: A User-Friendly Guide*. New York: Garland Press, 1999. P. 222

⁴⁰ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001. p.98

⁴¹ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001. p.100

podendo se conferir diversos sentidos a um mesmo conjunto de eventos dependendo da configuração que o historiador utiliza. Como White mostra o que é trágico de uma perspectiva pode ser cômico de outra⁴².

Outro teórico o qual White se referirá em seus estudos, como Keith Cohen nota, também se situa ao mesmo tempo dentro e fora da Nova Crítica⁴³, devido a seu ecletismo que toma idéias de diversas correntes como o marxismo e a filosofia.

Como os Novos Críticos, Kenneth Burke se utilizava da técnica de leitura microscópica, mas divergia com eles por acreditar que a obra literária deveria ser entendida também de acordo com o contexto social e psicológico que a influenciou.

Em *A Grammar of Motives* de 1945, Burke procura desenvolver uma maneira sistemática de compreensão da ação humana e a análise da linguagem na qual a ação é descrita nas representações literárias da realidade. Através de um pêntade gramatical, ele sistematiza cinco elementos “gramaticais”⁴⁴ que caracterizam estas representações. Estes elementos são cena (o “fundo” do ato), agente (performa o ato), ato (expressa o que aconteceu em ato ou imaginação), agência (meios com o qual praticou o ato) e propósito (objetivo do ato)⁴⁵ e a ênfase em um desses elementos ao invés de outro revela ao crítico literário o caráter e orientação da obra que analisa.

White irá aproveitar esta terminologia para caracterizar a representação que o historiador faz do campo histórico antes da análise, ou seja, o historiador observa os eventos enfatizando certos aspectos em detrimento de outros na sua explicação. Enquanto um historiador pode ver os “atos” dos “agentes” inseridos nos eventos como manifestações de “agências” extra-históricas que têm suas origens na “cena” dentro da qual se desenrola a “ação” descrita na narrativa, outro pode acreditar na explicação pela unicidade dos diversos agentes, agências e atos como principais e a “cena” como algo secundário⁴⁶.

⁴² WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001. p.101

⁴³ COHEN, Keith. *O New Criticism nos Estados Unidos*. In: COSTA LIMA, Luiz. *Teoria da literatura em suas fontes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. II.

⁴⁴ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 29

⁴⁵ BURKE, Kenneth. “The Five Key Terms of Dramatism.” Introduction to *The Grammar of Motives*. Berkeley, CA:UCAP, 1969 xv-xxiii.

⁴⁶ Estas duas descrições representam respectivamente para Hayden White o modo mecanicista e o modo formista de explicação como veremos com mais detalhes no terceiro capítulo. WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

1.4 Estruturalismo

Os dois grandes nomes que podem ser considerados a base do estruturalismo são Saussure e Jakobson. O primeiro através de sua teoria sobre a linguagem e a concepção de sua estrutura e o binarismo *langue/parole* como estudamos anteriormente. O segundo pelos contatos que estabeleceu com o francês Lévi-Strauss em Nova Iorque nos anos 1940 que irá conceber as teses iniciais do estruturalismo, o qual viria a se propagar na França nos anos 60 com a absorção das análises linguísticas de Saussure e do formalismo russo.

É pela influência de Jakobson que Claude Lévi-Strauss irá se utilizar de princípios da teoria linguística em suas obras sobre antropologia e essa talvez seja a grande inovação do estruturalismo: a abertura da utilização dos ensinamentos das teorias linguística nas ciências humanas.

Em sua obra *As Estruturas Elementares do Parentesco*, Lévi-Strauss se utilizou da demonstração por Jakobson de como a delimitação das relações mutuamente opostas de um limitado número de fonemas era capaz de organizar os dados fônicos num sistema linguístico coerente para organizar a multiplicidade de variações que o estudo antropológico fornecia⁴⁷. Os sistemas de parentesco deixaram de serem interpretados como arbitrariedade, para serem pensados como possuidores de uma lógica diferente da ocidental, mas que como toda língua possuidora de um sistema fonológico simples e inequívoco, estes sistemas de parentesco só são arbitrários aos olhos de um "falante" de outro sistema⁴⁸.

O que importa são as condições que presidem a relacionalidade interna de que um objeto depende dentro de um sistema. Pois como um fonema só pode ser compreendido dentro do sistema do falante a partir da sua relação com outro fonema do qual se diferencie ao menos por um traço distintivo⁴⁹, o objeto estudado pelo antropólogo só pode ser entendido a partir de sua relação com outros objetos do seu sistema.

⁴⁷ FRANK, Joseph. Pelo prisma russo: ensaios sobre literatura e cultura. São Paulo, Edusp, 1992. P. 10.

⁴⁸ COSTA LIMA, Luiz. Teoria da literatura em suas fontes. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. II.

⁴⁹ COSTA LIMA, Luiz. Teoria da literatura em suas fontes. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. II.

Baseando-se no binarismo *langue/parole*, ou seja, a distinção entre o funcional e o não-funcional para se reconstruir o sistema que regula as relações, o que interessa no estudo não são as propriedades individuais dos objetos, e sim, a diferença entre ele a qual o sistema emprega e atribui significado. Assim, Lévi-Strauss passa a analisar a organização familiar a partir da estrutura lógica das relações de parentesco, em vez de seu conteúdo. Esta maneira de pensar o parentesco vai na contramão das teses reconhecidas da época como a metodologia empiricista e descritiva de Radcliffe Brown que argumentava que o parentesco provinha de um ancestral comum. A tese de Lévi-Strauss propunha que o parentesco era baseado na aliança entre duas famílias que se formava quando a mulher de um grupo casava-se com o homem de outro mostrando que o parentesco não poderia ser explicado a partir de um "preceito" biológico, e devemos considerá-lo um fenômeno cultural e perguntarmos porque o parentesco pode ser estabelecido e perpetuado em certas formas de casamento, e em outras não⁵⁰.

Servindo-se do conceito de estrutura, o material etnográfico era utilizado para se estabelecer relações de oposição que podiam ser estudadas através da comparação, sem que seu conteúdo fosse levado em conta, o significado dos termos se encontrava nas relações de oposição entre termos de conteúdo diverso⁵¹. A etnografia, base da antropologia, se tornou fonte do trabalho comparativo por onde era possível se desvendar os princípios de construção que estruturam os sistemas simbólicos.

Calcado na concepção de *langue* e *parole* de Saussure, o antropólogo pôde explicar o porquê de apesar das diferentes versões dos mitos em diversas culturas, eles apresentavam grandes similaridades. Sugerindo que o mito é uma forma específica de linguagem, deduz que eles não se caracterizam pelos seus diversos conteúdos, mas por uma estrutura profunda. O mito comporta os dois níveis expressos por Saussure, a estrutura supra-individual e a sua manifestação concreta em cada cultura.

O mito passou a ser considerado a união de suas versões e estas deixavam de ser consideradas variantes de um mito originário. A busca não se dava mais pela essência do mito originário em cada uma de suas versões, mas a partir da relação

⁵⁰ ROSSI, Ino. *The Logic of Culture: Advances in Structural Theory and Methods*. Tavistock Pubns, 1982. p. 9

⁵¹ DURHAM, E. R. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

entre elas. Ele é mais o resultado de um modelo interpretativo do que de uma narrativa original existente em algum momento. Como não pode ser encontrado, ele só pode ser deduzido através de suas diversas versões. A partir daí, Lévi-Strauss inspirado na revolução fonológica, inverteu as orientações tradicionais da antropologia que explicavam a produção simbólica através do contexto social da qual ela era produto. Apesar desse desenvolvimento na antropologia, a análise das estruturas a partir do modelo linguístico não teve repercussão imediata em outras áreas, mas logo atingiria a crítica literária.

Luis Costa Lima argumenta que a análise literária na França manteve-se alheia à Nova Crítica anglo-saxã e ignorava o formalismo russo⁵². O estruturalismo surgiu exatamente para combater o antiquarismo vigente. O principal representante desta vertente, pelo menos para nossos objetivos, será Roland Barthes que para muitos, como nota Culler, é "o" estruturalista por excelência⁵³.

Barthes investindo contra a defesa de uma literatura engajada por Sartre explicitou que nenhuma prosa é transparente e sim é significada por sua relação com a literatura e com o mundo. Uma linguagem sem adornos e puramente política não é algo que se possa atingir, pois a linguagem não é natural nem neutra, e sim, um deliberado engajamento com a instituição da literatura⁵⁴.

Assim, a significação política da escrita não está ligada simplesmente ao conteúdo do texto ou à ideologia do autor, mas também, ao engajamento da obra com uma certa cultura literária. Em *O Grau Zero Da Escrita*, Barthes nos fornece um interessante exemplo desta concepção da literatura ao mostrar como os palavrões de um ativista na Revolução Francesa não possuíam nenhuma função de comunicação dentro do texto mas eram revestidos de significação, neste caso a situação revolucionária.⁵⁵

⁵² COSTA LIMA, Luiz. Teoria da literatura em suas fontes. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. II..

⁵³ CULLER, Jonathan. *Barthes: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

⁵⁴ CULLER, Jonathan. *Barthes: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

⁵⁵ Hébert [an activist of the French Revolution who edited a newssheet] never began a number of *Le Père Duchêne* without sprinkling it with fuck and bugger. These obscenities had no meaning but they had significance. How? They signified a whole revolutionary situation. Here is an example of a mode of writing whose function is no longer only communication or expression but the imposition of something beyond language, which is both history and the stand we take in it.

O trabalho do crítico literário não pode ser o descobrimento do significado secreto de uma obra, mas desnaturalizar os quadros conceituais ao leitor que passam despercebidos, pois o significado é um produto cultural que é transmitido através de formas habituais de tornar o mundo inteligível. O significado literário depende dos códigos produzidos pelos discursos de uma cultura e não uma representação. Em *S/Z*, Barthes procura identificar os códigos que presidem *Sarrasine*, romance de Balzac. Cada código é um conhecimento cultural acumulado que permite o leitor reconhecer detalhes como contribuições para uma função particular.

Como nota Culler, a quebra do texto em busca de códigos permite Barthes fazer a leitura microscópica sem que caia nas concepções da Nova Crítica de que cada detalhe deve ser mostrado como contribuinte da unidade estética, mas sim, o habilita observar como estes detalhes funcionam e a qual código se relacionam⁵⁶. Mas Barthes não se restringiu à análise literária e se beneficiou do conceito de mito de Lévi-Strauss para analisar os fenômenos culturais cotidianos.

Os mitos, para Barthes, são gerados pela cultura para tornar suas próprias normas naturais. Eles são significados de segunda ordem associados aos objetos por convenção social. Todo objeto é conferido de um significado de segunda ordem que lhe é atribuído pelo uso social, por mais trivial que seja. Assim, o vinho na França não é apenas mais uma bebida, mas uma bebida-totem que se equipara ao chá tomado pela Família Real Britânica⁵⁷.

O objeto não possui uma essência, é definido por redes de relações e uma análise sobre ele deve se basear na descrição do sistema de normas que o torna possível. Como o mito em Lévi-Strauss, Barthes não está preocupado com as propriedades do objeto, mas com os significados de segunda ordem que lhe são atribuídos. A busca pelos significados de segunda ordem foi o que levou Barthes e outros estruturalistas como Greimas, Brémond, Todorov e Genette a criarem uma nova ciência literária: a narratologia⁵⁸. Baseada nos trabalhos de Lévi-Strauss e do formalista russo Vladimir Propp, a narratologia concentrava-se em construir uma

⁵⁶ CULLER, Jonathan. *Barthes: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

⁵⁷ CULLER, Jonathan. *Barthes: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

⁵⁸ EAGLETON, Terry. *Literary Theory: An Introduction*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.p. 90.

tipologia de gêneros literários dos textos que estudava a partir da análise de suas figuras retóricas e seus "esquemas de ação". Com isso, poderiam atingir uma gramática universal da narrativa que identificaria as regras gerais que regulam o discurso narrativo⁵⁹. O alvo da narratologia era reduzir as variações aparentemente arbitrárias das narrativas a um número recorrente de estruturas.

Essa visão criticava a especificidade do estudo de Propp que procurou identificar uma estrutura comum somente para o folclore russo que fosse capaz, a partir de uma série de regras básicas, de fornecer todas as sequências de palavras que são reconhecidas como gramaticais que gerariam todas as narrativas folclóricas. Segundo ele, as pessoas eram cientes dessas regras em um nível pré-consciente e seriam capazes de reconhecer e aceitar intuitivamente as sentenças formadas e significativas⁶⁰.

O método que Propp aplicou na sua análise das narrativas é, porém, impossível de ser generalizado, por ser muito restrito, como também composto de histórias muito semelhantes, já que se baseava apenas no folclore russo, o que impossibilitou que se chegasse a um modelo geral de todas as narrações

Mas já podemos perceber, apesar de seu alcance bem mais restrito que dos narratologistas, que esta visão não está mais ocupada com a obra individual, pois ela passa a ser vista como uma manifestação entre muitas outras da estrutura que é agora o principal objeto de estudo dos narratologistas. É o ficou conhecido como "morte do autor", já que o trabalho deste se torna a expressão de uma estrutura que o modela e consequentemente desemboca na desmistificação da literatura, ou seja, o fim da essência da literatura e de seu status ontológico privilegiado. Eagleton nota que a partir da narratologia, o trabalho literário é visto como qualquer outro produto da linguagem podendo ser classificado e analisado como os objetos das outras ciências.

Os trabalhos de Genette, por exemplo, tinham como premissa que as estruturas universais de enredo determinavam as possibilidades da experiência narrativa. A temporalidade se torna essencial para a inteligibilidade dos textos, já que são os padrões de determinada época que conferem o quadro e sentido da narrativa.

⁵⁹ WAUGH, Patricia. *Literary Theory and Criticism*. Oxford University press, Oxford, 2006. p. 266

⁶⁰ POLKINGHORNE, Donald. *Narrative knowing and the Human Sciences*. Albany, NY: SUNY Press, 1988. p. 85

A.J. Greimas, em *Semântica Estrutural*, (1966), propõe uma gramática universal da narrativa na tentativa de uma análise semântica da estrutura da frase. Em vez das “funções” da narrativa de Propp, ele propõe o “actante”, isto é, a pessoa dramática, e chega a um modelo composto por três pares de oposições binárias: sujeito/objeto; locutor/destinatário; ajudante/oponente. De acordo com Greimas, a narrativa é um todo significante por poder ser entendido em termos de estrutura de relações entre actantes. Estas oposições binárias descrevem três padrões básicos que se encontram na narrativa: o desejo (a busca do objeto pelo sujeito); a comunicação (locutor/destinatário) e o apoio ou o obstáculo (aqueles que ajudam ou se opõem à busca do sujeito).

O significado do texto na narratologia é reduzido às relações formais que seus componentes estruturais estabelecem entre si e não seu por seu conteúdo. Ela procura descrever o sistema específico narrativo através das regras que presidem a produção dos textos narrativos absorvendo a tendência do estruturalismo de considerar os textos narrativos como meios, regidos por regras, pelos quais os seres humanos criam o seu universo. É também exemplo do objetivo do estruturalismo isolar os componentes necessários e opcionais dos vários tipos de textos e de descrever os modos como estes se articulam entre si. Esta ênfase nos sistemas e estruturas ressaltam o aspecto sincrônico do estudo, e como lembra Costa Lima, o estruturalismo tanto na vertente lévi-straussiana como na narratologia não pôde fornecer uma alternativa para a consideração da história devido ao seu combate à história factual e linear. O combate estruturalista a esta será apropriado em vários pontos por White através de dois autores já aqui citados: Lévi Strauss e Barthes.

Para Lévi-Strauss, a história é baseada em um “esquema fraudulento”, pois a noção de fato histórico em que a disciplina se baseia é falsa, já que ele é constituído pelo próprio historiador, pois qualquer episódio histórico pode ser decomposto em milhares de momentos psíquicos e individuais. A história seria essencialmente mítica, mesmo que possa ser distinguida do mito em si pela sua dependência dos “dados reais”, porque sua interpretação busca uma coerência formal não existente no passado e ignora “domínios específicos” para atingi-la⁶¹. Barthes envereda pelo mesmo caminho tentando demonstrar a natureza mitológica

⁶¹ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001.

da história em seu famoso texto "The Discourse of History" de 1967. Nele o autor declara que o discurso histórico é uma elaboração ideológica porque os fatos só possuem existência linguística organizada pelo historiador para lhe prover significado, mas os historiadores os tratam como algo situado no terreno extra-linguístico: o mundo real.

Essa configuração providencia o que Barthes chama de "efeito do real", onde a figura do historiador e de sua elaboração do discurso ficam "escondidos" para que na narrativa histórica os fatos falem por si próprios, conferindo ao texto a autoridade de algo verdadeiro⁶².

1.5 Desconstrução e sua recepção nos EUA

A desconstrução surgiu como uma crítica à concepção da linguagem estruturalista e a ligação que ela estabeleceu entre significante e significado. Para ela, o estruturalismo teria apenas separado o signo do referente, mas não conseguiu chegar a todas as conseqüências e manteve uma ligação imanente de significante e significado. Derrida deu um passo a mais e estabeleceu que o significado não está imediatamente presente no signo já que o seu significado é apenas estabelecido a partir do que ele não é.

A linguagem, a partir daí, se torna algo muito mais instável do que os estruturalistas clássicos imaginavam porque ao invés de ser uma estrutura claramente definida contendo unidades simétricas de significados e significantes, ela agora se transformou uma rede ilimitada onde há constantes mudanças e circulação de elementos, já que um significante leva o leitor a outros e os significados anteriores são modificados pelos últimos. O texto se torna um tecido complexo inesgotável⁶³.

Se no estruturalismo clássico o signo designava experiências e objetos do "mundo real", para Derrida não há um ponto neutro de onde se possa fazer esta

⁶² CLARK, Elizabeth A. History, Theory, Text: Histories and the Linguistic Turn, Cambridge 2004.P. 96

⁶³ EAGLETON, Terry. Literary Theory: An Introduction. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.p. 111.

observação, já que o próprio observador é constituído pela linguagem e por isso não há significado que não seja mediado pela linguagem. O ponto neutro surge de uma concepção que faz parte de um logocentrismo da filosofia ocidental que acredita em uma fundação do nosso pensamento, linguagem ou experiência, mas Derrida procurou mostrar que esta suposta base sempre pode ser mostrada como pertencente a um sistema específico de significados⁶⁴. A desconstrução de Derrida partiu da oposição binária do estruturalismo clássico, que a partir dela demonstrava a lógica das operações lingüísticas, para mostrar que essas oposições precisam estabelecer interdições para manter o sistema lógico do texto que podem ser recuperadas e fazer com que o texto transborde além de suas formulações⁶⁵. Mas é preciso entender que para Derrida, ela não é um conceito ou método, pois estes são conceitos que ele pretende subverter a partir da própria desconstrução.

O desconstrucionismo norte-americano é a crítica literária que surgiu com a recepção do estruturalismo e suas críticas nos EUA. O ponto inicial da chegada desta vertente em solo norte-americano é comumente estabelecido em 1966, data do seminário na universidade John Hopkins onde apresentaram trabalhos nomes como Barthes, Lacan e Derrida.

Para Cusset, ao contrário de outras importações francesas como o surrealismo e o existencialismo que foram adaptadas às correntes convergentes norte-americanas, o desconstrucionismo foi uma invenção "ex-nihilo" das universidades americanas que correspondeu à uma crise axiológica nas ciências humanas⁶⁶. Devido à crise dos regimes capitalistas no Ocidente, pôde-se emergir essas novas concepções teóricas nestes países, como foi o estruturalismo na França. Mas nos Estados Unidos, como não houve instituições políticas oposicionistas como foi o caso da França, esta crise de paradigmas se tornou mais tangível e isto refletiu em uma crise das ciências humanas e das políticas sociais até então vigentes e da política como um todo. Estas crises criaram o contexto para a "recepção" do seminário na John Hopkins e a criação do pós-estruturalismo.

⁶⁴ EAGLETON, Terry. *Literary Theory: An Introduction*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.

⁶⁵ EAGLETON, Terry. *Literary Theory: An Introduction*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.

⁶⁶ CUSSET, François. *French Theory: How Foucault, Derrida, Deleuze, & Co. Transformed the Intellectual Life of the United States*. Trans. Jeff Fort. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.p. 26.

Wolfreys concorda com a invenção do desconstrucionismo e aponta que a recepção de Derrida foi condicionada pelo atraso entre a publicação de seus trabalhos na França e de suas traduções nos Estados Unidos e o espaço de tempo de mais de 10 anos entre estes dois eventos permitiu que o trabalho de Derrida fosse remodelado e reinventado de acordo com os interesses e valores norte-americanos. Pois enquanto na França houve um momento do estruturalismo científico e posteriormente a crítica deste cientificismo, nos Estados Unidos a recepção do estruturalismo científico coincidiu com a recepção de sua crítica e a partir desta confusão cronológica se concebeu o pós-estruturalismo como uma tendência crítica distinta⁶⁷. Ela argumenta que ao contrário da visão de Paul de Man de que antes desta "intervenção estrangeira", a crítica norte-americana era "um formalismo completamente isolado sem o senso de história europeu⁶⁸" e praticamente não havia contestações às suas teses, que a Nova Crítica não era tão hegemônica quanto se imaginava e o debate entre ela e o historicismo se tornou um solo para a invenção do pós-estruturalismo⁶⁹. Este debate que se cristalizava nas revistas *New Literary History* e *Diacritics* "transformou" Derrida em duas figuras: a historicista e a formalista e com a invenção da crítica desconstrutivista prevaleceu o Derrida formalista.

Sean Burke culpa a tradição da Nova Crítica, já que para ele as teses de Derrida partem de uma reação massiva contra a ressurreição do cogito cartesiano na fenomenologia husserliana e somente partindo desta premissa é que elas podem ser entendidas. Já nos EUA, suas teses vieram de encontro com o anti-subjetivismo que caracterizava a Nova Crítica⁷⁰. Um dos grandes marcos desta transformação para Lentricchia foi a entrega do prêmio James Russell Lowell pela Modern Language Association ao livro *Structuralist Poetics* de Jonathan Culler em 1975. Pois se no final dos anos 60 e começo dos anos 70 haviam protestos contra a mais nova moda francesa e suas conseqüências na crítica literária norte-americana, a entrega deste prêmio significou não o reconhecimento das contribuições que novas

⁶⁷ WOLFREYS, Julian, ed. *Modern North American Criticism and Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd., 2006. p.28

⁶⁸ Não existe um consenso sobre esta caracterização da Nova Crítica.

⁶⁹ O termo pós-estruturalismo como todos os prefixos pós foram introduzidos pelos norte-americanos. Ele serve para designar as obras auto-críticas do estruturalismo como Jacques Derrida, Michel Foucault e Julia Kristeva. Ver PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Do Positivismo à Desconstrução: Idéias Francesas na América*, São Paulo: EDUSP, 2003.

⁷⁰ BURKE, Sean. *The Death and Return of the Author: Criticism and Subjectivity in Barthes, Foucault, and Derrida*. Edinburgh: Edinburgh UP, 1998.

teses poderiam oferecer à crítica literária, mas sim, pela transformação do estruturalismo em algo seguro e reconhecível para o quadro conceitual dos Estados Unidos⁷¹.

Culler transformou a desconstrução em um método formalista de leitura ignorando a idéia de Derrida de que ela não podia ser considerada uma reforma metodológica na crítica literária⁷². Esta interpretação de Culler, para Wolfreys, distancia-se de qualquer forma de historicismo e consolida o formato que tomara o pós-estruturalismo nos debates sobre a crítica literária⁷³. Este formato se tornou nas mãos dos críticos de Yale como Hillis Miller, Hartman e Paul de Man⁷⁴, uma posição não tão diferente da perspectiva da Nova Crítica.

O desconstrucionismo norte-americano pode ser visto como uma restauração de um *ethos* da leitura não menos formalista do que da Nova Crítica, que ele pensa ter deixado para trás⁷⁵. Isso se deve ao fato desses críticos continuarem com a idéia de leitura microscópica, a suspensão de referência histórica extra-textual e a ausência do autor. A diferença estaria em ter se tornado um formalismo com uma grande sofisticação textual e tropológica.

Art Berman mostra que a recepção da "abertura teoricamente infinita da linguagem" se tornou para Miller e para Paul de Man um suporte para a indeterminação na interpretação crítica⁷⁶. A razão destas "distorções" da desconstrução coincide com o motivo da boa recepção da leitura desconstrutiva. Elas aconteceram pela tradição da Nova Crítica que apesar de pressupostos e objetivos diferentes, possuíam uma prática semelhante. A grande diferença entre as duas em território norte-americano se deu pela natureza estetizante e a-política da Nova Crítica e o potencial político da desconstrução derridiana⁷⁷. Assim, a desconstrução pôde dar uma forma política à crítica formalista que pode ser

⁷¹ LENTRICCHIA, Frank. *After the New Criticism*. University of Chicago Press. 1980. p. 104

⁷² NEALON, Jeffrey T. *Double Reading: Postmodernism after Deconstruction*. Ithaca and London: Cornell Univ. Press, 1993.

⁷³ WOLFREYS, Julian, ed. *Modern North American Criticism and Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd., 2006. p. 29

⁷⁴ Os críticos de Yale são um grupo influenciado pela filosofia desconstrutivista de Jacques Derrida que a aplicam em estudos literários. O seu nome é originado do fato da maioria desses estudiosos serem afiliados à Universidade de Yale nos Estados Unidos.

⁷⁵ BURKE, Sean. *The Death and Return of the Author: Criticism and Subjectivity in Barthes, Foucault, and Derrida*. Edinburgh: Edinburgh UP, 1998. P 186.

⁷⁶ BERMAN, Art. "Deconstruction in America." *From the New Criticism to Deconstruction: the Reception of Structuralism and Post-Structuralism*. Chicago: U of Illinois P, 1988.

⁷⁷ PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Do Positivismo à Desconstrução: Idéias Francesas na América*, São Paulo: EDUSP, 2003.P. 224.

chamada dessa forma porque, apesar, de mostrarem significados implícitos que subvertem o significado de um texto e demonstrarem que o texto não possui uma unidade como os novos críticos pensavam, eles se mantêm presos à leitura textual sem nenhuma "articulação" com o contexto onde ele foi produzido⁷⁸.

⁷⁸ VASCONCELOS, José Antonio. Quem tem medo da teoria?: a ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005. P. 170

2. A História

Neste capítulo observaremos a cultura historiográfica a qual Hayden White pertence, tanto os desenvolvimentos da historiografia “propriamente dita” e seu contexto como as discussões teóricas sobre a história.

2.1 Historiografia Norte-Americana

A institucionalização da história nas universidades dos Estados Unidos aconteceu com a reforma universitária da segunda metade do século XIX e sofreu influências do modelo universitário alemão⁷⁹. Essas influências repercutiram na historiografia norte-americana do começo do século XX que propunha uma História “científica” baseada na grande influência que Ranke possuía naquele momento. Assim, a prática historiográfica deveria se manter afastada da literatura, que partia mais da criatividade do que da observação dos estudiosos do passado e da filosofia que fornecia a metafísica à história.

Dentro desta história científica, José Antonio Vasconcelos enxerga duas fases: na primeira fase, observa a ascensão de uma abordagem conservadora influenciada pela atmosfera do evolucionismo e enfatizando a continuidade e evolução das instituições como nas obras de Herbert Levi Osgood e Charles M. Andrews. Na segunda fase se dá a ascensão de uma história progressista chamada de “Nova História”, mesmo sem esgotar a tendência conservadora da fase anterior. Nesta “Nova História”, há uma maior abertura à sociologia e com isso um olhar mais cuidadoso aos problemas sociais da época. Mas esta abertura não significou uma tentativa de transformar a história em uma ciência social sistemática como foi o caso de Durkheim e Simiand na França e Marx, Lamprecht e Max Weber na Alemanha. A relação com as ciências sociais era descompromissada e eclética⁸⁰. Não havia uma tentativa de se descobrir leis gerais da história, apesar da crença na evolução da sociedade.

Ao contrário dos conservadores, historiadores como Frederick Jackson Turner e Charles Beard apresentavam a história como mudança e conflito ao invés

⁷⁹ FUCHS, Eckhardt. Across cultural borders : historiography in global perspective, eds.: Fuchs, Eckhardt; Stuchtey, Benedikt. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield, 2002.

⁸⁰ IGGERS, George G. Historiography in the Twentieth Century: From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge. Hanover, NH: Wesleyan U P, 1997. p. 42

de evolução⁸¹ e questionavam a história científica pelas suas pressuposições elitistas e a proeminência que os grandes personagens possuíam na explicação histórica. A partir da década de 30, esta forma de história foi sendo enfraquecida por integrantes que compunham os quadros da "Nova História" a partir da discordância quanto à pretensão científica do estudo histórico apontando a impossibilidade de julgamentos de valor na escrita histórica minando suas pretensões.

O próprio Charles Beard, integrante da Nova História que no final da década de 30 se tornou presidente da Associação Americana de Historiadores, distinguia entre o passado que o historiador nunca poderia conhecer e a história escrita, baseada em uma seleção pessoal do historiador de acordo com seu quadro conceitual⁸². Este "relativismo" não preveniu estes historiadores de trabalharem com dados que "aconteceram" e fornecer explicações, porém, estas explicações não poderiam ser objetos de classificações científicas como a sua representação verídica da realidade. O historiador só pode trabalhar a partir de julgamentos morais sobre estas explicações.

Estas idéias provindas de estudiosos da Nova História ajudaram Lovejoy, o grande nome da história intelectual, a formular suas teses e "criar" a sua história das idéias. Se antes a história intelectual nos Estados Unidos estava ligada à história social, com Lovejoy a história é considerada a história da consciência humana resistindo a qualquer valor científico que lhe fosse atribuído. Para Lovejoy, as causas políticas e sociais deixam de ter importância e ele passa a examinar a lógica e afinidade internas de uma idéia através dos séculos.

Esta história teve sucesso, pois defendia que as idéias não dependiam de seu contexto social e se contrapunha com a história progressista e sua concepção de história surgida a partir dos conflitos. A pesquisa podia sair do âmbito local e enfatizar aspectos como o consenso e a unidade nacional⁸³. Esta busca do consenso e fuga do relativismo foi se fortalecendo com a Guerra Fria no final dos anos 40. Ritter afirma que, muitos historiadores possuíam uma razão política para rejeitar o relativismo: a necessidade de se defender das acusações soviéticas de

⁸¹ VASCONCELOS, José Antonio. Quem tem medo da teoria?: a ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005. P. 30

⁸² RITTER, Harry. Dictionary of Concepts in History. Westport: Greenwood Press, 1986. p. 379.

⁸³ VASCONCELOS, José Antonio. Quem tem medo da teoria?: a ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005. P. 32

que a historiografia ocidental era apenas uma defesa ideológica da ordem social burguesa⁸⁴. Além disso, o macarthismo⁸⁵ tornava o ambiente difícil para os historiadores que enxergavam o processo histórico através de conflitos internos.

A partir dessa forma de se pensar a história, a historiografia norte-americana se encerrou até os anos 60 naquilo que Vasconcelos chamou de "paradigma consensualista". Com autores como Richard Hofstadter Louis Hartz e Daniel Boorstin, a história norte-americana era vista como desprovida de tradição revolucionária e imbuída de igualdade de direitos entre seus cidadãos o que a diferenciava da história européia. A prosperidade pós-guerra contribuiu para que a noção de conflitos internos se dissipasse, fosse declarado o fim da ideologia e surgisse um clima de otimismo quanto à evolução da nação a partir de uma história sem percalços, mas por ignorar os conflitos internos ou os considerando secundários, esta história não conseguia dar conta da explicação de aspectos como a discriminação racial ou conjunturas revolucionárias como a Guerra Civil americana⁸⁶.

Com o fim dos "anos dourados" (década de 50) nos Estados Unidos, a idéia de consenso deixou de predominar e a partir as evidências de que o sonho americano não era facilmente alcançado por qualquer americano surgiram os movimentos de reforma social unidos aos protestos contra o racismo, a discriminação sexual e pela liberdade de expressão. As tensões da sociedade norte-americana escondidas debaixo do consenso apareceram com o movimento de desobediência civil e os levantes nos guetos e a Guerra do Vietnã. O consenso ideológico que era a fundação desse compromisso ruiu sendo primeiro substituído por uma polarização, para depois se fragmentar. Como Novick demonstra, os anos

⁸⁴ RITTER, Harry. Dictionary of Concepts in History. Westport: Greenwood Press, 1986. p. 379.

⁸⁵ Movimento iniciado nos Estados Unidos em 1951 pelo senador Joseph McCarthy (1908-1957), caracterizado pela perseguição a pessoas acusadas de ser simpatizantes do comunismo e de realizar atividades anti norte-americanas. O movimento é um reflexo da política interna norte-americana durante a Guerra Fria, a disputa entre EUA e União Soviética pela hegemonia do planeta após a II Guerra Mundial. A base para seu surgimento foi a Lei MacCarran-Nixon, de 1950, que exigia o registro de todas as organizações simpatizantes do comunismo. McCarthy era o responsável pelas subcomissões de investigação do Senado, que realizavam uma caça às bruxas no meio artístico, intelectual e sindical do país. Essa perseguição atinge cerca de 6 milhões de norte-americanos. Entre eles destaca-se o casal Julius e Ethel Rosenberg, que, acusado de passar o segredo da bomba atômica aos soviéticos, é executado em 1953 na câmara de gás. Também são atingidos artistas, diretores e roteiristas que durante a guerra se manifestam a favor da aliança com a URSS.

⁸⁶ VASCONCELOS, José Antonio. Quem tem medo da teoria?: A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005. P. 32.

60 se tornaram a época da desconfiança, tanto das instituições oficiais quanto de seus porta-vozes gerando ceticismo quanto à verdade oficial.

A comunidade acadêmica não ficou imune a esta conjuntura e com o declínio do Macarthismo e sua “caça às bruxas”, a “Nova Esquerda” pôde emergir. Apesar de ser uma minoria, começando a atrair bastante atenção para suas teses. No campo da história, essa corrente exerceu uma considerável influência pelo seu pequeno número de adeptos e contribuiu para a ascensão da história social, acontecendo algo novo na historiografia norte-americana: tendências opostas⁸⁷.

Esta história social não era mais baseada no conceito de base/estrutura como o marxismo ortodoxo pregava, mas sim, baseada em E. P Thompson, que enfatizava os aspectos culturais em seus estudos dando voz aos “oprimidos” da história conservadora e trazendo novas contribuições para a historiografia consolidada. Apesar disso, como Novick interpreta, esta história não conseguiu ultrapassar a noção de objetividade e imparcialidade vigentes na historiografia norte-americana⁸⁸, pelo contrário, criticavam o relativismo de Beard e Becker e acreditavam oferecer a “verdade” que esteve escondida por muito tempo pelos donos do poder. Mesmo assim, a inserção de uma posição dissonante à consensual trouxe à tona o debate sobre o papel da posição política do historiador em seu relato sobre o passado e o status da objetividade na pesquisa histórica.

Esta desconfiança quanto à objetividade histórica somente aumentou com a emergência dos movimentos de direitos civis na década de 60. A partir daí, as minorias que lutavam por seus direitos exigiam também a revisão de seus papéis na história argumentando que ela somente privilegiava os burgueses brancos e protestantes dos Estados Unidos. O modelo social-científico e o materialismo histórico não mais satisfaziam essa parcela da sociedade, pois partiam de visões totalizantes sobre o Estado, o mercado e as classes, deixando de lado as minorias, que eram negligenciadas nestes esquemas. Como Vasconcelos mostra a subjetividade, nessa perspectiva, passava a ser vista como uma condição para o

⁸⁷ VASCONCELOS, José Antonio. Quem tem medo da teoria?: a ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005. P. 32

⁸⁸ NOVICK, Peter. That Noble Dream: The "Objectivity Question" and the American Historical Profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. *in* VASCONCELOS, José Antonio. Quem tem medo da teoria?: a ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005. P. 32

desvelamento das relações de poder existentes e não mais como um obstáculo para um conhecimento verdadeiro de uma sociedade passada⁸⁹.

Esta crise epistemológica não era identificada com uma certa escola historiográfica como havia acontecido nos anos 30, 40 e 50 com Charles Beard e seus companheiros. Não havia lideranças, nem um movimento específico pregando o relativismo, mas aqueles que estavam alertas com estes novos acontecimentos, precisavam de um símbolo deste “relativismo niilista” e Hayden White tomou esse papel⁹⁰.

2.2 Filosofia Analítica da História

A filosofia da história possuía pouca visibilidade e recepção na historiografia corrente, sendo uma disciplina que pouco se articulava com a escrita da história do dia-a-dia. Mas só podemos entender as proposições de Hayden White, somente compreendendo as articulações entre o contexto que se desenhou a partir de 1960 na historiografia norte-americana com as premissas da filosofia analítica da história, cujo debate White estava ciente e inserido. Esta filosofia da história tem como base a filosofia analítica que se iniciou a partir dos avanços científicos das ciências naturais no final do século XIX, o que fez com que vários teóricos desse período as utilizassem como modelo para a filosofia. Para isso, eles acreditavam necessário depurar a linguagem ordinária da linguagem científica para atingir resultados mais precisos. Assim, a filosofia analítica tem como método a análise lógica da linguagem. Com este método procurou-se descobrir até que ponto os problemas filosóficos não resultariam de uma incompetência racional dos filósofos, mas sim de uma linguagem confusa e obscura.

A filosofia analítica originou-se como uma revolta ao neo-idealismo hegeliano que dominava a segunda metade do século XIX, voltando a filosofia ao realismo em oposição ao idealismo. Esta virada teve Frege, Bertrand Russel e G.E. Moore como precursores, que defendiam que a metafísica surgia da linguagem utilizada na filosofia. Para eles, era necessário o filósofo utilizar-se da ciência e da lógica formal

⁸⁹ VASCONCELOS, José Antonio. Quem tem medo da teoria?: a ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005. P. 41.

⁹⁰ NOVICK, Peter. That Noble Dream: The "Objectivity Question" and the American Historical Profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. P. 599.

para formular os seus problemas, definindo assim uma “linguagem exata” que retiraria os falsos problemas da filosofia.

Com o livro *Tractatus Logicus Philosophicus* de Wittgenstein, a filosofia analítica tomou impulso. Para ele, o limite da linguagem é também o limite do pensamento; ou seja, tudo que pode ser pensado, pode ser dito. A metafísica surgiria da tentativa de se dizer o que não pode ser dito. Isto vem da estrutura que, segundo Wittgenstein, a linguagem possui. Influenciados por Wittgenstein, a filosofia analítica entra em uma nova fase com o Círculo de Viena, na primeira metade do século XX.

Este grupo de filósofos procurava determinar o limite que demarcava a linguagem apropriada para o pensamento científico, diferenciando-o da linguagem de uso ordinário, para criar um modelo de explicação científica, onde a explicação era dada quando um evento podia ser deduzido formalmente de uma lei geral e um conjunto de leis iniciais. Apesar de não serem os primeiros a apontarem a linguagem como parte importante da filosofia, os filósofos analíticos tornaram a indagação de como utilizamos a linguagem, central para a filosofia.

A partir destes componentes que são constitutivos da filosofia analítica, ela foi aproximada ao campo específico da história através das teorias de Hempel, que, como sabemos, se tornou o maior expoente da filosofia analítica da história em seu sentido clássico. Os filósofos analíticos, no entanto, não possuíam como alvo específico de investigação a ciência histórica e, somente nos anos 40 do século passado, ela se torna um objeto de grande interesse para os filósofos que a tomam como principal desafio para a tese de unicidade das ciências e que procuravam demonstrar que se a metodologia utilizada pelos filósofos analíticos, que ficou conhecida como modelo nomológico-dedutivo, pudesse ser aplicada à história seria provado como método universal. Carl Hempel foi o grande expoente da aplicação desse método à história, com a publicação de seu livro “*The Function of General Laws in History*” em 1942.

Para Hempel, são necessários dois elementos para a explicação científica: pelo menos uma lei cobrindo o fenômeno a ser explicado ou *explanandum* e a dedução a partir deste *explanandum*. Nesta visão, a explicação científica não é nada mais do que um argumento o qual o *explanandum* pode ser logicamente deduzido de um conjunto de fatos bem confirmados junto à leis estabelecidas empiricamente. Pode-se notar de que forma funciona o método nomológico-dedutivo

a partir um conhecido exemplo de Hempel sobre o radiador⁹¹. Vale a pena deixar claro que a idéia de explicação "dedutiva" não presume que a lei pode, de alguma maneira, ser deduzida *a priori*, a partir de primeiros princípios. Tais leis ainda têm de ser estabelecidas por indução a partir de observações de resultados no passado. A idéia é simplesmente a de que, se já estabelecemos uma certa lei, então ela implicará dedutivamente, em conjunção com condições iniciais apropriadas, certos resultados adicionais.

Para Hempel, todas ciências utilizam-se deste modelo de explicação e recusa-se a reconhecer qualquer valor epistemológico às maneiras interpretativas e compreensivas utilizadas pelos historiadores. Acredita também que a história se utiliza de explicações incompletas, que ele chama de esboços explicativos pois não conseguem alcançar o sucesso das ciências naturais e, enquanto não se adequar ao modelo dedutivo-nomológico, ela irá fornecer apenas pseudo-explicações. O modelo dedutivo-nomológico deve estar presente em todas as etapas do estudo do historiador, tanto na interpretação, atribuindo significado ou traçando os desenvolvimento dos eventos históricos e só dessa maneira a história poderá ser considerada como "real ciência".

Evidentemente, a aplicação ortodoxa de um modelo inspirado na chamadas "ciências da natureza" ao campo da história gerou controvérsias e críticas a ela puderam ser lidas no livro de William Dray, publicado em 1957, que tenta construir

⁹¹ "Suppose that you are totally ignorant of mechanics and that, while taking out your car on a chilly morning, you notice a peculiar liquid flowing underneath it. You conclude that this liquid is coming from your car and that this is bad news. Looking for an explanation, a set of alternatives comes to mind: your car is a poorly maintained "lemon"; a gang of local vagrants have amused themselves by perforating some part of your car; it was caused by malignant and powerful extraterrestrial creatures arriving in a UFO; the perforation might have been the result of an evil curse cast on you by a sorcerer who was insulted by your sceptical attitude regarding voodoo practices during your last visit to Haiti. You consider all of these alternative explanations when a friend well versed in mechanics, passes you on the street and immediately looks below the hood. He observes that the liquid (pure water without antifreeze) is leaking from your antiquated radiator, which clearly has burst the previous night. He reminds you that the temperature dropped below zero last night and concludes that science provides an explanation for this unfortunate event. According to one law of physics, any quantity of water submitted to a temperature below zero Centigrade will change into a larger volume of ice, which will necessarily break any content too small for it. Since all the facts involved are effectively present and the law empirically established, the conclusion is irresistible: the breaking of the radiator should have been predictable to anybody with an awareness of the relevant facts on the previous night, since it is simply a matter of what happens regularly in such circumstances. The point here is that the explanation is clearly a scientific one, which means that you may put aside thoughts about lemons, vagrants, UFOs and sorcerers, since, now, you hold a scientific explanation ." in LAGUEUX, Maurice. Explanation in Social Sciences. Hempel, Dray, Salmon and van Fraassen revisited. CAHIERS D'ÉPISTÉMOLOGIE, n° 306. 2003.

uma perspectiva alternativa à teoria construída por Hempel, visando limitar a história a um único modelo de explicação dedutivo-nomológico.

Dray expandiu a noção de explicação histórica para incluir uma variedade de tipos aceitáveis, ele nomeou a proposta dedutivo-nomológica de "covering law model", pois alegava a existência de um nó entre a lei e o caso que a cobria. Procurando mostrar que a "covering law-model" não possui condições de cobrir os eventos próprios da pesquisa histórica, William Dray se utilizou de exemplos dados pelo próprio Hempel, apontando, desta forma, para a insuficiência do mesmo⁹². Ele propôs que, quando a chamada por uma explicação fosse respondida começando com o termo "porque", não havia razão de que esta resposta quisesse se adequar a uma estrutura lógica particular. A explicação na história constitui uma miscelânea de teses lógicas, e a proposta de tomar um modelo de explicação como exclusivo é errada.

Dray tomou a análise de "causa" e demonstrou que "causa" poderia não ser reduzida somente à submissão por leis. Considerando algum estado final, ele mostrou que análises causais inquiram em porque veio a ser e os quais condições são necessárias e suficientes para produzi-lo. Quando historiadores tomam a análise causal para responder à questão "Porque este evento ocorreu?", eles seguem um processo seletivo, no qual eles escolhem, em um universo de explicações possíveis, aquela que mais parece explicar o evento. Eles submetem a escolha à dois testes, um indutivo e outro pragmático. O teste indutivo envolve pensar sobre as possíveis escolhas para a questão "Se este evento causal não tivesse acontecido, o evento a ser explicado teria acontecido?".

Historiadores tentam decidir - com base no que eles sabem sobre a situação - que diferença a não-ocorrência de uma causa sugerida teria feito. Se a resposta é que não teria feito diferença, então é provável que não seja significativo como causa do evento. O teste pragmático pode ter uma virada positiva ou negativa. Historiadores podem tentar explicar, julgando o que deveria ser feito para evitar uma ocorrência, ou eles podem determinar o que foi o catalisador para o evento. O

⁹² "But reference to a series of facts constituting the story of what happened between the leakage of the oil and the seizure of the engine does explain the seizure. Even if it were true that these smaller scale events were watch covered by law in the sense that in every case i would be prepared to assent a law corresponding to a sub-sequence, the law involved would be, at most, part of the explanation of the gross event, not of the sub-event they cover; so that when they do function in an explanation they are not covering laws at all " in DRAY, William. *Laws and Explanation in History*. Oxford University Press, 1957, p. 70.

teste pragmático é necessariamente incompleto, com final aberto e suscetível a revisões.

O ponto importante na análise causal de Dray foi a idéia de que a imputação de uma causa em algum evento particular não pede necessariamente a aplicação de uma lei causal. Muitas explicações foram muito mais resultantes de julgamentos das ações dos sujeitos históricos do que a aplicação da lógica dedutiva. Os julgamentos feitos pelo historiador sobre causas envolve pesar os argumentos postos, e aí, as tomadas de decisão. O julgamento sobre uma causa não requer subsumir um caso sob uma lei. Requer unir pedaços estilhaçados de informação e inferências e pesar a importância respectiva nos termos do resultado final. Historiadores chegaram às suas conclusões através da lógica da escolha prática; não de dedução científica.

Um dos tipos múltiplos de explicação que Dray estava mais preocupado em desenvolver era o de "explicação racional". Explicação racional não é aplicável à todo tipo de eventos que interessam ao historiador, mas sim, limitado para aqueles eventos que são entendidos como ações humanas. A explicação de Dray sobre a "explicação racional" não usa uma compreensão empática do tipo de Dilthey onde as razões vêm aos historiadores quando eles imaginativamente colocam-se no lugar dos atores, é sim como um processo direto de racionalização que envolve o que os atores deveriam ter pensado em ordem a atuar da maneira que atuou.

Para Dray, dar uma explicação racional é mostrar que o que tinha sido feito era a coisa a ser feita pelas razões dadas. Foi a reconstrução dos cálculos dos meios do agente que são adotados em direção ao seu final escolhido à luz das circunstâncias no qual ele se encontrou. Os cálculos do agente não foram limitados a um tipo de racionalização dedutiva de forma proporcional, pois eles incluem todos níveis de deliberação consciente. Eles incluem todas as razões que o agente poderia ter dado por ter agido como o fez, incluindo critério moral, seu entendimento da situação, e seus fatores emocionais e motivacionais. Neste sentido, historiadores devem unir indutivamente as evidências que permitem avaliar o problema como o agente o viu. Através dos traços deixados nos documentos, o historiador teve que reconstruir o processo pelo qual agentes vieram a agir de forma particular. Tal reconstrução pode requerer a inferência de detalhes dos fatos sobre o ambiente, ações prévias e do entendimento do agente das conseqüências esperadas de suas ações. A noção de explicação racional se tornou um modelo alternativo ao modelo

dedutivo-nomológico de Hempel para os historiadores da época que não acreditavam na equiparação da história com as ciências naturais.

Até aqui, pudemos observar que o debate gerado em torno dos modos de apreensão dos fenômenos históricos – do ponto de vista da constituição de uma teoria da história – acabou por gerar uma dicotomia entre dois pólos opostos: de um lado, a apreensão dos fenômenos históricos mediante leis e, do outro a apreensão destes mesmos fenômenos através da compreensão dos motivos que levaram os atores a agirem da forma como agiram no passado. Nosso quadro mostra que ambas as tendências se mostram parciais.

Ao entrar no debate sobre compreensão ou explicação na história, Danto inicia criticando a distinção entre a narrativa descritiva e a narrativa explicativa. Para Danto, todas as histórias, sejam ficcionais ou "reais" se assemelham por precisarem possuir uma estrutura de começo, meio e fim. Achar o meio entre o começo e o fim, ou seja, o ponto inicial de sua história e a conclusão é o que constitui uma explicação. Assim, não existe uma história puramente descritiva, a narrativa é ao mesmo tempo descritiva e explicativa.

A narrativa impõe uma ordem através de um padrão de relevância ou seletividade, de acordo com o qual certos eventos são destacados. Qualquer descrição narrativa, necessariamente, inclui assunções feitas pelo autor ou narrador, do porque de certos eventos serem escolhidos, e outros deixados de fora, e porque os eventos escolhidos ordenados de tal maneira formam uma explicação satisfatória⁹³.

As sentenças narrativas se tornam a forma básica de explicação histórica pela sua característica particular de poderem referir-se a dois ou mais eventos de tempos distintos conectando-os de forma causal. Dito de outro modo: é a partir das sentenças narrativas que pode-se explicar historicamente, ligando o efeito à causa, pois os efeitos da causa estudada não poderiam ser conhecidos em seu tempo.

Assim mesmo que houvesse uma crônica ideal que contivesse todos os eventos reais ocorridos no passado, a explicação dos historiadores não seria

⁹³ FRANZONI, Roberto. From words to numbers : narrative, data and social science. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2004.p.189.

descartada porque a crônica não possuiria conhecimento das conseqüências futuras destes eventos, não podendo conectá-los e formar uma estória⁹⁴.

Através da narrativa, estuda-se a causa já como a causa de um evento posterior, ou seja, o evento não poderia em sua época ser tomado como causa de algo que ainda não se tem conhecimento que ocorreu. Danto exemplifica esta tese mostrando o que um historiador poderia escrever em relação à Diderot: que o autor de *Sobrinho de Rameau* nasceu em 1715, mas que seria estranho se, no exato momento do nascimento de Diderot, alguém dissesse que o autor do *Sobrinho de Rameau* acabou de nascer, pois esta informação ainda não estaria disponível para as pessoas da época.

As filosofias especulativas da história são criticadas por Danto exatamente porque pretendem se legitimar como histórias objetivas, mas se utilizam de um desfecho que ainda não é conhecido e por isso não é uma conseqüência dos eventos descritos. A história "objetiva" só pode oferecer uma explicação narrativa satisfatória quando conhece as conseqüências dos eventos ligando-os às suas pretensas causas.

A coerência que surge desse "emparelhamento" de tempos diferentes implica seleção e exclusão dos eventos que irão figurar na explicação histórica. A narrativa funciona como uma espécie de teoria capaz de introduzir ordem e estrutura nos eventos⁹⁵, por isso, qualquer descrição narrativa irá incluir as explicações feitas pelo narrador de porque certos eventos foram escolhidos e outros não e porque os eventos foram arranjados de tal forma. Estas explicações não possuem um sentido fixo, porque os eventos que podem ser atribuídos com efeitos de uma determinada causa surgem e se modificam com o passar do tempo. Não há como se certificar de que maneiras os diferentes eventos podem ser associados dentro de uma narrativa histórica⁹⁶.

Mas apesar de suas idéias parecerem ir diretamente contra as teses de Hempel, Danto não se afirma como um opositor deste. Pelo contrário, como indica em "Analytical Philosophy of Knowledge", ele considera o modelo dedutivo de

⁹⁴ VANN, Richard. Turning Linguistic: History and Theory and History and Theory, 1960-1975 in ANKERSMIT, F. R., and KELLNER, Hans. 1995. A New Philosophy of History. Chicago:University of Chicago Press. P. 46

⁹⁵ DANTO, A.C. Analytical Philosophy of Knowledge. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1968.

⁹⁶ KLEIN, Kerwin Lee. Frontiers of Historical Imagination: Narrating the European Conquest of Native America, 1890-1990. Berkeley, CA, University of California Press. 1999. p. 49

explicação "bom" e pretende reconstruí-lo em harmonia com a visão inicial de Danto⁹⁷.

É difícil calcular a importância de Danto pois a partir de suas teses, a narrativa tomou o centro das atenções nas discussões sobre o papel da história. A partir dele, as distinções entre descrição e explicação, análise e narrativa, forma e conteúdo pareceram muito menores⁹⁸. Apesar de Danto enfatizar que as narrativas são as formas características de explicação histórica, a confrontação com a narrativa e toda sua diversidade viria um ano depois com W.B. Gallie que propôs que as explicações na história serviam ao propósito geral das narrativas ao invés do contrário⁹⁹.

Apesar de toda a importância de Danto, a virada confrontando a narrativa histórica e toda sua diversidade apareceu logo depois quando W.B. Gallie propôs que as explicações na história subserviam o propósito da narrativa e não o contrário¹⁰⁰. Em um movimento que podemos comparar com o de White, Gallie resolveu deixar de lado o problema de como as histórias podem ser verificadas para se concentrar na compreensão da escrita histórica. Para Gallie, a história é um gênero de história como os romances ficcionais, então a compreensão histórica acontece ao "seguirmos" sua história.

Esta "seguibilidade" é o que confere a uma "história" a sua inteligibilidade e os critérios para que possamos classificar uma história como bom ou ruim. Quando o historiador descreve os eventos do passado pesquisados por ele, estes eventos devem ser "encaixados" em um quadro maior, através de uma narrativa. A partir disso, os historiadores em suas "histórias" selecionam, narram e explicam ao mesmo tempo.

A compreensão histórica ocorre quando o historiador, ao invés de descontinuidades, contingências e imprevisibilidades, enxerga tendências que conectam uma sucessão de eventos que, como ações humanas passadas que

⁹⁷ DANTO, A.C. *Analytical Philosophy of Knowledge*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1968. P. 124

⁹⁸ KLEIN, Kerwin Lee. *Frontiers of Historical Imagination: Narrating the European Conquest of Native America, 1890-1990*. Berkeley, CA, University of California Press. 1999. P 51.

⁹⁹ VANN, Richard. *Turning Linguistic: History and Theory and History and Theory, 1960-1975* in ANKERSMIT, F. R., and KELLNER, Hans. 1995. *A New Philosophy of History*. Chicago:University of Chicago Press. P. 46.

¹⁰⁰ VANN, Richard. *Turning Linguistic: History and Theory and History and Theory, 1960-1975* in ANKERSMIT, F. R., and KELLNER, Hans. 1995. *A New Philosophy of History*. Chicago:University of Chicago Press P. 46.

interessam a uma comunidade particular, dentro de seu momento histórico, são interconectados com outras ações humanas e agregados em uma narrativa coerente. Estes eventos não são fatores explicativos arrastados para a narrativa de fora. Eles possuem padrões na “estória” em si.

Gallie encontra a analogia da narrativa histórica com o jogo de críquete onde a atenção do espectador está direcionada ao resultado antecipadamente e muitas variáveis improváveis podem ser aceitas enquanto o jogo acontece desde que não sejam violações ao espírito do jogo ou um ato de Deus (como o campo ser atingido por um terremoto). Às vezes, o jogo torna-se difícil de ser acompanhado se a estratégia de um time se torna ininteligível e é exatamente quando isso acontece que um conhecedor do esporte pode oferecer sua explicação baseado no seu conhecimento superior das condições locais ou um melhor conhecimento das regras. O jogo apesar de ser constituído por regras, pode ser jogado e desfrutado sem o conhecimento de todas elas¹⁰¹. A narrativa não possui regras como o jogo de críquete, mas como este, ela não necessita de um *expert* que explique todas as contingências que ocorrem em seu desenvolvimento, apesar da antecipação que o leitor da narrativa constrói sobre o final, ele aceita as mudanças que ocorrem transformando suas expectativas no desenvolvimento da estória. As leis gerais só possuem um papel pequeno neste quadro.

A narrativa é auto-explicativa e o papel reservado para as leis gerais é a sua combinação com as contingências. Ela segue a ação causal explicando apenas o que precisa ser explicado enquanto o resto (a lei geral) permanece no fundo dos acontecimentos. As coisas acontecem devido a diversos fatores e não por causa de algumas leis fundamentais que agem independentes da ação.

A explicação histórica então difere da científica, pois esta está assentada na predição dos eventos e ao contrário desta, a sua explicação não consegue remover todas as contingências de seu objeto. Ao comparar as duas explicações, Gallie mostra que se em toda explicação das ciências naturais há sempre uma teoria que guia as pesquisas experimentais, na pesquisa histórica existe sempre uma estória inicial que serve como um guia para as interpretações e críticas que a seguirão

¹⁰¹ VANN, Richard. *Turning Linguistic: History and Theory and History and Theory*, 1960-1975 in ANKERSMIT, F. R., and KELLNER, Hans. 1995. *A New Philosophy of History*. Chicago:University of Chicago Press P. 46-47.

levando o historiador ao seu julgamento final sobre o que realmente aconteceu na história¹⁰².

Apesar da análise de Gallie concentrar seu foco antes no leitor da narrativa do que no seu produtor fazendo que o conhecimento, percepção ou inteligência do primeiro se torne parte essencial para a interpretação da estória, Gallie argumenta que na narrativa histórica, há apenas uma verdade a ser descoberta devido ao fato de que a história baseia-se em evidências e o historiador deve descobrir o formato da estória que ele pretende contar no passado.

Mink reconhece os avanços de Gallie na pesquisa sobre a narrativa histórica, mas acredita que sua teoria está baseada na concepção de um leitor ingênuo que permite levar pelas técnicas narrativas em direção a um fim surpreendente e, para o primeiro, a "seguibilidade" não se aplica à narrativa histórica, pois ela já é conhecida. Em seu artigo de 1968, Mink investiga o porquê de existirem diferenças de qualidade entre as narrativas e, esta indagação aparece porque, para ele, a narrativa fictícia e a narrativa histórica possuem em comum a estrutura, características, ordem e dispositivos da forma narrativa e reclama do fato de críticos literários e historiadores não conseguirem estabelecer uma linguagem em comum¹⁰³.

Em seu artigo de "History and Fiction as Modes of Comprehension" escrito dois anos depois, história e ficção aparecem indistintos sob o modo configuracional em contraposição com os modos teórico que abrigava as ciências naturais e o modo categorial, formado pela filosofia. Esta não-distinção é possível, porque elas produzem compreensão, que é um ato individual quando os outros dois modos produzem conhecimento que é essencialmente público¹⁰⁴.

A não-distinção se transforma em um grande ponto pelo qual Hayden White pôde se guiar para construir sua tese. Isso fica mais claro, quando Mink argumenta que estórias não são vividas, mas sim contadas. Podemos enxergar a concepção

¹⁰² GALLIE, W.B., "Narrative and Historical Understanding" [reprint of "The Historical Understanding" (1964), pp.40-51 in Roberts, G. (ed), *The History and Narrative Reader*, Routledge, (London), 2001.P. 50.

¹⁰³ Mink, Louis O. "Philosophical Analysis and Historical Understanding." *Review of Metaphysics* 21. 667-98. Reprinted in Mink, *Historical Understanding*, 118-46. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

¹⁰⁴ VANN, Richard. Louis Mink's Linguistic Turn in History and Theory, Vol. 26, No. 1 (Feb., 1987), pp. 1-14. Blackwell Publishing for Wesleyan University.

de transformação da crônica para estória que será desenvolvida em *Meta-História*, pois tanto para White como para Mink, a vida real não possui começo, meio ou fim.

Para Mink, a narrativa é ela mesma um instrumento cognitivo em vez de ser algo posterior à pesquisa dos dados do passado pelo historiador. É ela que torna o fluxo do tempo passado compreensível lhe emprestando coerência.

Por isso, ela não é uma das maneiras que a história alinha os fatos passados, mas sim, a maneira típica, senão universal, na qual a evidência é discursivamente ordenada¹⁰⁵. O modo configuracional pela qual ela é caracterizada se apresenta como a junção de diversas hipóteses na qual as conclusões são exibidas, ao invés de demonstradas.¹⁰⁶

Como Richard Vann aponta a obra de Mink foi uma das influências mais importantes na obra de White, para ele muito do artigo "The Structure of Historical Narrative" provém de reflexões de White sobre "The Autonomy of Historical Understanding", "Philosophical Analysis and Historical Understanding" e "History and Fiction as Modes of Comprehension", White transforma os modos configuracionais, antes separados em Mink, como componentes que não se separam dentro da narrativa histórica¹⁰⁷.

Polkinghorne¹⁰⁸ deduz que dois elementos fizeram com que a discussão sobre o modelo dedutivo-nomológico ruísse: o primeiro foi um alargamento cada vez maior desse modelo para que a história se enquadrasse nele, o que resultou na quebra do próprio. Em segundo, um interesse na narrativa pela lingüística, não pelo seu valor epistemológico, mas sim, na exploração do tipo de pensamento envolvido no uso de sentenças narrativas.

A filosofia analítica da história tem como base a diferenciação da historiografia e a filosofia da história com a primeira firmando-se em métodos de apreensão do passado seja através de técnicas emprestadas das ciências naturais, seja através da compreensão enquanto a segunda procura, aos olhos daqueles que defendem a igualação às ciências naturais, "importar" propriedades extrínsecas aos fatos sem comprovação empírica e para aqueles que acreditam na história como

¹⁰⁵ MINK, Louis O. "Philosophical Analysis and Historical Understanding." Review of *Metaphysics* 21. 667-98. Reprinted in Mink, *Historical Understanding*, 118-46. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

¹⁰⁶ CLARK, Steven H. Paul Ricoeur. London and New York, Routledge, Chapman and Hall, Inc., 1990. p. 185.

¹⁰⁷ VANN, Richard. Louis Mink's Linguistic Turn in *History and Theory*, Vol. 26, No. 1 (Feb., 1987), pp. 1-14. Blackwell Publishing for Wesleyan University. P. 8

¹⁰⁸ POLKINGHORNE, J. *Narrative Explanation*. 1989.

compreensão a busca de leis gerais que governam a história como um todo. Como veremos abaixo, a grande novidade de White será o fim desta distinção mostrando como as duas modalidades possuem uma diferença de grau e não de categoria¹⁰⁹.

¹⁰⁹ WHITE, Hayden: Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 13.

3. A História de Hayden White

3.1 White engajado - O Fardo da História

Hayden White, apesar da especialização em História Medieval, destacou-se originalmente ao tratar questões sobre o humanismo liberal¹¹⁰, mas foi a partir do estudo literário da escrita historiográfica iniciado em *O Fardo da História* que obteve sua grande reputação.

Iniciamos a análise deste artigo tendo em vista que neste momento White escreve no intuito de rebater as teses de Hempel e teóricos da história influenciados por ele que acreditavam que a história era uma ciência de má qualidade, ou seja, tanto nos artigos que White escreve sobre teoria da história antes de *Meta-História* quanto no próprio, é preciso pensarmos em White inserido dentro do debate da filosofia analítica da história.

Neste artigo, ainda não existe o esquema tropológico desenvolvido em *A Interpretação da História* de 1972 que será utilizado com tanta repercussão um ano depois em *Meta-História*. Isto significa que a pretensão científica que procuramos identificar em sua obra de 1973 ainda não pode ser verificada nele. Também não é possível localizar a demonstração de qualquer conhecimento por parte de White da crítica literária ou das obras estruturalistas que lhe serão úteis.

Não seria por falta de oportunidade, pois em *Fardo da História* existem diversos momentos onde poderiam ser inseridos para, em nossa visão, enriquecer o texto. Principalmente no momento que o historiador lista autores que desconfiam da história. Tanto os críticos literários quanto a análise de Lévi-Strauss sobre a história, como a que White irá descrever em um momento posterior, se encaixariam com perfeição se já existissem pretensões idênticas de *Meta-História*. Em *Fardo da História*, White age quase como um militante argumentando em favor de uma história que não baseie-se em concepções antiquadas de ciência e literatura e possa se tornar de novo uma disciplina relevante no “mundo real”. Para White, a opção por essas concepções antiquadas vêm da tentativa dos historiadores

¹¹⁰ ¹¹⁰ VASCONCELOS, José Antonio. Quem tem medo da teoria?: a ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005. P.54.

esquivarem-se às críticas feitas aos seus métodos recorrendo à justificativa de que são mediadores entre a ciência e a arte.

Mas esta posição que no século XIX proporcionou-lhes um grande status, tornou-se no século XX fonte de críticas de ambos os lados, pois, confortados nesta posição, os historiadores não atualizaram-se com as críticas que foram surgindo ao longo do século XX nas duas áreas e não notaram que a distinção entre elas tornou-se muito mais tênue desde então. White mostra que a não-submissão a estes modelos críticos faz com que a mediação que os historiadores reivindicam para si seja, na verdade, uma mediação entre a arte romântica e a ciência positivista do século XIX, e não entre os modelos de arte e ciência contemporâneos ao historiador.

A reivindicação de mediador faz com que o historiador atualmente seja tratado com desprezo, tanto pelos cientistas como pelos artistas, pois para os cientistas, a história é vista como uma “ciência de 2º classe”, pois não chega a resultados satisfatórios verificáveis, enquanto para os artistas o historiador é pior que o cientista; visto como alguém ligado apenas a resultados empíricos e regularidades, pois possui as pretensões científicas, mas sabota as bases artísticas por dentro pela sua ligação com o humano. A história, para os artistas, é algo que prende o humano ao passado e que não o permite transcendê-lo.

Para White, os historiadores devem restabelecer a dignidade dos estudos históricos harmonizando-se com a comunidade intelectual como um todo e participando da libertação do “fardo da história” do presente. Para isso, o historiador deve incorporar as novas concepções de ciência e arte, pois, enquanto essas se desenvolveram desde o século XIX, quando tiveram relações próximas com a história, o historiador continua trabalhando com uma mistura de ciência e arte do século XIX. O tratamento dos dados sem perceber a subjetividade e a narrativa em base cronológica são exemplos disto.

É necessário escapar da disciplinarização da História que ocorreu no século XIX que, com a imposição do empirismo como única via de acesso à verdade, criou um abismo entre História e Literatura. Esta distinção resultou na repressão do aparato conceitual e na remissão do momento poético da escrita histórica no interior do discurso. Neste sentido, a cientifização da história ocorreu em uma época em que conflitos entre representantes políticos carregavam uma filosofia da história como estrutura para suas ações. Neste período, tornou-se bom senso constituir

uma disciplina histórica específica que tinha como propósito a objetividade determinando os fatos da história. Opondo a empiria à metafísica e a consciência histórica determinada à utopia, esta disciplinarização teve o efeito de permitir o tipo de conhecimento histórico produzido por historiadores profissionais, servindo como modelo de realismo no pensamento e ações políticas através de exclusões que limitam a imaginação histórica e regram o que constitui o fato histórico e sua representação, tornando a história refém de uma narrativa concebida no século XIX, pois devido à separação entre ela e a literatura, a história não mais acompanhou os desenvolvimentos da primeira.

White argumenta que os historiadores podem escapar tanto das críticas dos literatos quanto dos cientistas se ele esquecerem que o estudo da história deve explicar "o que realmente aconteceu" e reconstruir o passado de maneira mimética. Como mostra Harlan, White queria transformar a história em arte interpretativa ao invés de uma ciência explicativa, utilizando de novas metáforas interpretativas ao invés de novas explicações causais. Essa transformação permitiria o historiador enxergar o presente aberto às possibilidades de ação sem a completude que a explicação causal exige. A história serviria como fonte de solução para problemas do presente descobrindo as possibilidades que este contém através de um passado incompleto. A história ao invés de ser um fardo a ser carregado pela geração do presente se tornaria um passado a ser escolhido de acordo com as necessidades do historiador¹¹¹.

Apesar de White tratar da associação da pesquisa histórica com estratégias narrativas literárias em *Meta-História*, continuando assim um tema abordado em *Fardo da História*, a sua obra de 1973 foge das formas interpretativas hermenêuticas para debater com as formas inapropriadas de explicação científica¹¹².

Mas apesar de sua defesa da imaginação do historiador como participante ativa da construção da explicação histórica devemos perceber que, como lembra Richard Vann, ao escrever este artigo em 1966, White ainda não poderia ser posicionado na categoria de narrativista porque naquele momento,

¹¹¹ HARLAN, David. *The degradation of American history*. Chicago : Chicago University Press, 1997.

¹¹² HARLAN, David. *The degradation of American history*. Chicago : Chicago University Press, 1997.P. 113.

ele deixa claro que a narrativa é um dos possíveis modos de representação histórica e não o único.¹¹³

Se *Fardo da História* é considerado um estágio de grande relativismo de Hayden White, isso não é devido à absorção de teorias pós-estruturalistas, já que o famoso marco inicial delas ocorre no mesmo ano da publicação deste artigo. Este argumento é facilmente demonstrado na análise da concepção que White apresenta, pois ela não se apresenta como um discurso entre outros como é característica do pós-estruturalismo. Apesar de apontar a aproximação entre ciência e arte no século XX, elas não são totalmente emparelhadas na opinião do historiador. Isto é demonstrado quando ele cita as pesquisas de Popper e a teoria das possibilidades como exemplos da ruína da concepção positivista sobre o caráter absoluto das proposições científicas. Ora, aqui não estamos falando do caráter puramente lingüístico das ciências naturais.

Se ele defende o uso de metáforas como regentes do discurso histórico, isto não pressupõe uma total liberdade de interpretação, pelo contrário, do pesquisador é exigido tato no seu uso e quando atestada a incapacidade de conciliar certos tipos de dados, a metáfora deve ser descartada e substituída por metáforas mais abrangentes “da mesma forma que um cientista descarta uma hipótese tão logo se esgota a sua utilização¹¹⁴”.

3.2 Meta-História e Trópicos do Discurso – A fase formalista

3.2.1 A História de Meta-História

Apesar de tantas opiniões sobre o suposto pós-estruturalismo das idéias contidas em *Meta-História*, o que notamos neste livro é a falta quase completa de referências aos chamados “pós-estruturalistas” como Foucault, Derrida, Barthes e outros. Na verdade, as poucas vezes que White se refere a eles neste livro é para observar que beneficiou-se de suas leituras para a análise da representação histórica, mas ressalva que apesar desta ajuda ele se serviu muito mais dos

¹¹³ VANN, Richard T. The Reception of Hayden White in History and Theory, Vol. 37, No. 2 (May, 1998), pp. 143-161. Blackwell Publishing for Wesleyan University.

¹¹⁴ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura*. José Laurênio de (trad.). 2.ª edição, São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2001, p. 60.

estudos de filósofos analíticos da história como Gallie, Mink e Danto¹¹⁵. A sua opinião sobre os autores franceses fica explícita em um artigo de apenas três anos depois de *Meta-História*, onde White acusa-os de críticos absurdistas pelas suas posições niilistas e iconoclastas que tornam a linguagem um palavreado vazio sobre o silêncio¹¹⁶.

Estas constatações servem para alimentar nossa hipótese de que o emparelhamento de Hayden White com os “críticos absurdistas” só pode ser pensado a partir de um momento posterior, especificamente nos artigos publicados após 1979 e compilados no livro *The Content of the Form*. Pois em 1973, apesar de White mostrar o conhecimento das obras destes teóricos, elas não são tratadas como base de seu trabalho. O que podemos notar neste momento são as influências da crítica literária baseadas no formalismo russo e o círculo lingüístico de Praga, da Nova Crítica americana representada principalmente por Kenneth Burke e Northrop Frye e do que ficou conhecido como estruturalismo científico de Lévi-Strauss¹¹⁷.

Partindo desta opinião, concordamos com Kansteiner e seu argumento de que aqueles que posicionam White entre os pós-modernos estão incorretos. Seu projeto é estruturalista, caracterizando-se pelo deslocamento do significado do nível da referencialidade para um nível de significação secundária, neste caso, as estruturas profundas do discurso histórico¹¹⁸.

O livro *Meta-História*, publicado em 1973, é a única obra de Hayden White, já que as outras publicações são compilações de artigos que ele escreveu ao longo da vida. Esta obra marca a sua fase formalista e estruturalista, como o próprio diz¹¹⁹ e parte da idéia de expor o desenvolvimento do pensamento histórico durante o século XIX estudando as obras de quatro historiadores (Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt) e quatro filósofos da história (Hegel, Marx, Nietzsche e Croce) do período. Mas o interesse de White, como mostra Koselleck, não é a

¹¹⁵ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. P. 18, n. 4

¹¹⁶
¹¹⁷ A denominação estruturalismo científico serve para diferenciar entre um estruturalismo com pretensão de estudar os fenômenos dentro de uma totalidade e o estruturalismo posterior que indaga sobre qualquer pretensão científica e sua capacidade de representar qualquer fenômenos exterior à linguagem que o descreve.

¹¹⁸
¹¹⁹ DOMANSKA, Ewa; WHITE, Hayden; KELLNER, Hans. Interview: Hayden White: The Image of Self-Presentation. *Diacritics*, Vol. 24, No. 1. (Spring, 1994), pp. 91-100.

disciplina da história com sua própria metodologia, nem a escrita da história como gênero literário, e sim, a consideração dos escritos históricos primariamente como textos, sem importar seus méritos acadêmicos ou artísticos¹²⁰. Para ele o status epistemológico das explicações históricas foi por muito tempo estudado sem que se atentasse para o fato da narrativa histórica ser um artefato verbal pretendente à um modelo de estruturas e processos que ocorreram muito tempo atrás e que são ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências¹²¹. O formalismo e estruturalismo inerente a esta proposta se apresenta nas primeiras linhas da introdução onde White demonstra sua intenção de desenvolver uma “teoria geral da estrutura daquele modo de pensamento que é chamado de histórico”¹²²

É a partir do quadro conceitual formalista e estruturalista que surge a grande novidade deste trabalho, localizada no seu tratamento dos trabalhos históricos, assumindo que possuem um elemento “meta-histórico”: os tropos. Este elemento funciona como uma estrutura geralmente poética que relaciona os dados do passado e conceitos teóricos a fim de formar uma história coerente. Através dos tropos, White acredita poder classificar os discursos históricos em relação a eles e não mais devido aos seus conteúdos. Isto significa, segundo White, que existe uma estrutura pré-crítica que permite a caracterização do passado em diferentes tipos de discurso figurado combinando seus diversos tipos de explicação e preparando o discurso do historiador para uma apreensão consciente do leitor, ou seja, os tropos funcionam como elementos na interpretação do passado pelo historiador e noções gerais das formas que as situações humanas significativas devem assumir em virtude de sua participação nos processos específicos da criação de sentido que o identificam como membro de uma dotação cultural e não de outra¹²³.

O tropo torna familiar a explicação histórica ao leitor no momento que sugere uma relação de similitude entre a explicação e as formas de estória que ele

¹²⁰ KOSELLECK, Reinhart. *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Translated by Todd Samuel Presner and others. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 2002. P 39.

¹²¹ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura*. José Laurênio de (trad.). 2.ª edição, São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2001, p. 98.

¹²² WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 11.

¹²³ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura*. José Laurênio de (trad.). 2.ª edição, São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2001, p. 102.

normalmente utiliza para conferir significado aos acontecimentos de sua vida. Como White a descreve, a narrativa histórica é não só uma *reprodução* dos acontecimentos nela relatados, mas também um *complexo de símbolos* que nos fornece direções para encontrar um *ícone* da estrutura desses acontecimentos em nossa tradição literária¹²⁴.

Baseando-se em Kenneth Burke, White utiliza o que ele chama de quádrupla concepção dos tropos¹²⁵ que é composta pela metáfora (onde os fenômenos são caracterizados através de suas semelhanças ou diferenças), a metonímia (um fenômeno é tomado como representativo pelo todo), a sinédoque (o fenômeno simboliza alguma qualidade inerente ao todo) e a ironia (que caracteriza os fenômenos através da negação no nível figurado do que é afirmado positivamente no nível literal). Todos os escritos referentes ao passado, sejam filosofias da história ou a história propriamente dita, possuem um tropo que prefigura a maneira como o escritor irá relacionar a sua elaboração de enredo, seu modo de argumentação e seu modo de implicação ideológica. Por isso, a diferenciação ontológica entre história e filosofia da história não é válida, porque elas possuem a mesma base de argumentação e explicação. Como White nota, toda história possui uma filosofia da história implícita, a diferença desta com aquela é que a última explicita os seus propósitos.

Estes modos de explicação que interpretam os fatos só são possíveis através da organização do campo histórico em um território povoado por figuras discerníveis efetuada pelos tropos. Como White explica: o problema do historiador é construir um protocolo lingüístico preenchido com dimensões léxicas, gramaticais, sintáticas e semânticas, por meio do qual irá caracterizar o campo e os elementos nele contidos, nos seus próprios termos (e não nos termos em que vêm rotulados nos documentos) e assim prepará-los para a explicação e representação que posteriormente oferecerá deles em sua narrativa¹²⁶. Isto significa que no nível tropológico se formam os conceitos que serão empregados na constituição dos objetos e como eles podem ser relacionados.

¹²⁴ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura*. José Laurênio de (trad.). 2.^a edição, São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2001, p. 105.

¹²⁵ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 46. n. 13.

¹²⁶ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 45.

Após a organização do campo histórico é que se pode empregar as maneiras de explicação que transformam a crônica em história. White considera esta última, uma tentativa de mediação entre o campo histórico, o registro histórico não processado, outros relatos históricos e o público¹²⁷. A crônica seria simplesmente o registro de certos acontecimentos em ordem temporal sem nenhum princípio de causa ou privilegização de um evento como principal. Quando estes acontecimentos são organizados em motivos iniciais, de transição e conclusivos é que se constitui uma estória que codifica estes eventos em uma série de motivos. A partir deste tipo de codificação, o historiador necessita explicar a conexão dos eventos que ele descreveu e estas explicações são geradas por táticas narrativas. Hayden White identifica três tipos de modo de explicação: por elaboração de enredo, explicação por argumentação e explicação por implicação ideológica.

Quando o historiador seqüencia os eventos lhes imputando causa e efeito para lhes constituir uma "explicação plausível", ele se utiliza de formas culturais ocidentais de enredo ocidentais já conhecidas no intuito de dar familiaridade dos eventos ao leitor. Estas formas culturais de enredo são o romance, a tragédia, a comédia e a sátira como vistas nos arquétipos de Frye.¹²⁸ São estes enredos que dão forma aos eventos, pois estes não são inerentes a eles e servem como princípio de organização no que seria apenas um amontoado de eventos que pareceriam ininteligíveis ao leitor.

Após a conceptualização em enredo, a explicação por argumentação formal fornece a explicação da finalidade da narrativa histórica. White, através das teses de Stephen Pepper divide esta explicação em quatro modos: a formista, a mecanicista, a organicista e a contextualista. Estes modos de explicação conferem ao escrito histórico, leis putativamente universais de relações causais¹²⁹. Há ainda, a explicação por implicação ideológica que se mantém no sistema quaternário e é entendida por White como um conjunto de prescrições para a tomada de posição no mundo presente da práxis social e a atuação sobre ele¹³⁰. E os quatro tipos de

¹²⁷ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 21.

¹²⁸ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 26.

¹²⁹ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 26.

¹³⁰ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 26

explicação ideológica (anarquista, radical, conservadora e liberal) representam a visão do historiador sobre a relação do caráter das mudanças sociais através do tempo.

A partir deste sistema de interpretação, Hayden White irá estudar a historiografia do século XIX que para ele, diferente do século XVIII, onde a veracidade do fato não bastou por si própria como meio de representação da “verdade” e foi necessário o esforço da razão e mesmo da imaginação junto aos “dados” para compor aquilo que os historiadores iluministas chamaram de história, a ficção na época oitocentista deixou de ser uma forma de apreender a realidade e se tornou um obstáculo à objetividade do historiador. A recusa do pensamento mítico iluminista foi impulsionado pela rejeição dos historiadores oitocentistas, de um estudo da história com idéias pré-concebidas relatando um presente que já previa um futuro de acordo com a ideologia do historiador. Estas idéias pré-concebidas foram pensadas por estes historiadores do século XIX como a base da Revolução Francesa, sendo uma consequência de um estudo do passado que o utilizou como argumento de transformação do presente. O rompimento do “progresso natural” da humanidade causado pela revolução teria sido fruto de interpretações errôneas a partir da “incorporação” de idéias filosóficas no estudo da história.

O problema desta interpretação, como explica White, foi a distinção entre mito e ficção que ainda não era clara na mente de muitos ideólogos da época¹³¹, a ficção e a retórica foram tomadas como elementos míticos característicos da historiografia iluminista que impulsionavam a inserção de idéias que não estavam contidas nos “dados” do passado. Consequentemente a tentativa de desmistificação da história operada pelo pensamento oitocentista levou à sua desficcionalização e desretorização.

Ranke, para White, exemplificou bem esta nova posição ao rejeitar qualquer coisa que mediasse a visão do historiador sobre o passado, levando-o a recusar o *a priori* filosofante de Hegel, os princípios mecanicistas das ciências físicas e as idéias da escola positivista¹³². Isso não quer dizer que a concepção histórica do século XIX baseou-se em um empiricismo ingênuo. White chama a concepção de

¹³¹ WHITE, Hayden: Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 163

¹³² WHITE, Hayden: Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 164

Ranke de “realismo doutrinal”¹³³, porque tomou o realismo como um ponto de vista que não foi derivado de nenhum preconceito específico sobre a natureza do mundo e seus processos. Este “realismo doutrinal” surgiu pela necessidade da história, no momento de sua constituição como disciplina autônoma no século XIX, de estabelecer objetivos, métodos e objetos próprios partindo da convicção de que afastara os elementos “intrusos” das ciências, da filosofia e da arte como forma de se legitimar. A história deveria partir de um ponto que não incorporasse o idealismo da filosofia, o positivismo da ciência e o romantismo da arte, e isso, na visão de White, posicionou a disciplina histórica da primeira metade do século XIX em um esquema pré-newtoniano, pré-hegeliano e aristotélico¹³⁴. Claramente, existiram historiadores que incorporaram as “novidades” do século XIX, mas estes foram considerados como desvios da historiografia “séria”. A história “científica” não deveria consistir apenas em um esforço artístico como também não deveria ser um esforço para se produzir leis do tipo das ciências naturais.

Esta posição levou à distinção entre história e filosofia da história como dois ramos distintos que deveriam ser mantidos separados. A filosofia que exerceu um papel essencial na criação da história do século XVIII como reflexão sobre as implicações dos dados “verdadeiros” do passado sobre a humanidade, devia ser expurgada como algo que comprometia a história a uma explicação cheia de preconceitos.

A disciplinarização da história ligou-se fundamentalmente à recusa das filosofias da história. White enxerga a disciplinarização como pretendente a árbitro nas disputas entre as políticas que tinham como base uma filosofia da história. Este papel pôde ser cumprido a partir da autoridade que o status de disciplina era conferido à história metódica e “objetiva”. O historiador podia oferecer explicações e opiniões sobre os fatos pesquisados, mas elas eram consideradas algo distinto do “que realmente aconteceu” no passado. Com este modo dissertativo¹³⁵, o

¹³³ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 164

¹³⁴ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 268

¹³⁵ “In traditional historical theory, at least since the middle of the nineteenth century, the story told about the past was distinguished from whatever explanation might be offered of why the events related in the story occurred when, where, and how they did. After the historian had discovered the true story of “what happened” and accurately represented it in a narrative, he might abandon the narrational manner of speaking and, addressing the reader directly, speaking in his own voice, and representing his considered opinion as a student of human

historiador oitocentista podia expressar suas opiniões sem afetar a narrativa “real” sobre o passado, não o transformando através da escrita, em uma filosofia da história ou algo simplesmente preocupado com a estética sem nenhuma relação com a realidade.

Na opinião de White, esta separação entre opinião e “realidade” surgiu devido o fato dos historiadores oitocentistas não perceberem que a representação histórica “não fala por si mesma” e o relato escrito parte da voz daquele que narra os fatos do passado de forma puramente discursiva¹³⁶. Como White explica, “os historiadores devem utilizar exatamente as mesmas estratégias tropológicas, as mesmas modalidades de representação das relações em palavras, que o poeta ou o romancista utiliza. No registro histórico não-processado e na crônica de eventos que o historiador extrai do registro, os fatos existem apenas como um amálgama de fragmentos contiguamente relacionados. Estes fragmentos têm de ser agrupados para formar uma totalidade de um tipo particular, e não de um tipo geral. E são agrupados da mesma forma que os romancistas costumam agrupar as fantasias produzidas pela sua imaginação para revelar um mundo ordenado, um cosmo, onde só poderia existir a desordem ou o caos”.¹³⁷

A partir destes elementos, White não estuda a história iluminista verificando o seu grau de “realismo” em relação ao passado ou à historiografia oitocentista conferindo progressos ou regressos que ocorreram na transição de uma forma de escrita histórica para a outra. O seu objetivo é verificar como foram trabalhadas as possibilidades de prefiguração tropológica em cada período¹³⁸.

White descreve esta história anterior ao século XIX como um “espetáculo de crimes, superstições, erros, duplicidades e terrorismos que justificam recomendações visionárias para uma política que colocaria processos sociais em um novo plano¹³⁹”. Isto significa uma atitude em relação ao passado não como um

affairs, dilate on what the story he had told indicated about the nature of the period, place, agents, agencies, and processes (social, political, cultural, and so forth) that he had studied. This aspect of the historical discourse was called by some theorists the dissertative mode of address and was considered to comprise a form as well as a content different from those of the narrative” in WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press, 1987.

¹³⁶ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001. p.141

¹³⁷ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001. p.141

¹³⁸ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. XII

¹³⁹ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 77.

estudo científico, mas como um ramo da retórica que se utiliza de técnicas ficcionais na representação de relatos reais para embasar as opções éticas do sujeito que escreve a história. A historiografia setecentista apesar de não-científica, não deixou de procurar a “verdade” nas suas pesquisas. A concepção de história antes da Revolução Francesa reconhecia a necessidade da veracidade do fato como matriz do discurso histórico que possibilitava a formação de idéias que serviriam ao agir na sociedade.¹⁴⁰

É preciso perceber que a historiografia do século XIX não rejeitou toda a concepção histórica do Iluminismo, pois o otimismo e a noção de progresso¹⁴¹ que foram consideradas as principais características do discurso sobre o passado, continuaram a ter uma profunda influência no século XIX, condizentes com a visão “realista” da época, principalmente sob a influência de Voltaire. Estes conceitos, segundo os historicistas, só não haviam ainda sido elaborados com a justificativa cognitiva adequada que lhes fizessem justiça. O que foi rejeitado da representação iluminista foi sua ironia essencial¹⁴² e sua reflexão cultural, o ceticismo. O objetivo do historicismo, segundo White, é exatamente eliminar estas idéias do pensamento histórico.

Este modo irônico, para White, foi gerado por um conflito entre a tentativa dos iluministas de justificar uma concepção organicista (uma forma de argumentação que compõe a escrita da história) da comunidade humana ideal com base em uma análise do processo social que era essencialmente mecanicista (outra forma de argumentação)¹⁴³. Quer dizer que criticava a sociedade a partir de um ideal que era moral e relacionado a valores, mas pretendia basear isso em uma análise causal do processo histórico. Esta tentativa acabou por gerar o modelo irônico de escrita da história no último quarto do século XVIII que se manifestou

¹⁴⁰ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001. p.139.

¹⁴¹ Na verdade, o otimismo e a noção de progresso amadureceram completamente na historiografia no século XIX.

¹⁴² A ironia essencial, para Hayden White, é a “dinâmica tropológica” predominante na historiografia iluminista e consiste na dissolução da distinção entre história e ficção, a qual, os pensadores do começo do século XVIII basearam seus escritos históricos.

¹⁴³ Como discutiremos mais adiante, Hayden White tendeu a uma interpretação homogênea do período iluminista integrando-os sob o tropos da ironia após o choque entre os modos de argumentação organicista e mecanicista determinados pelos tropos metonímico e sinédoque. Há uma vasta bibliografia historiográfica sobre o período iluminista que procura mostrar a diversidade de “iluminismos” no século XVIII, por exemplo, Ian Hunter. *Multiple Enlightenments: Rival Aufklärer at the University of Halle*, in Fitzpatrick, Jones, Knellwolf and McCalman (eds), *Enlightenment World*, pp. 576-95 e Reill, Peter Hanns, *The German Enlightenment and the Rise of Historicism* (Berkeley: University of California Press, 1975).

epistemologicamente de forma cética e culturalmente relativista¹⁴⁴. O modelo irônico se tornou uma forma de revolta contra os modelos historiográficos do século XVII representados pelos annalistas com a noção de que a ordem e unidade poderiam ser atingidas através da seriação cronológica. A ironia também se voltou contra história romanesca que era um trabalho basicamente estético com referências ao passado.

Bayle e Voltaire no século XVIII se posicionavam contra a história romanesca, “pois nenhum homem sério escreveria algo que não fosse a verdade.”¹⁴⁵ O historiador deveria evitar a fantasia de qualquer maneira, não colocando nada que não fosse justificado pelos fatos, como imaginou Bayle. Já Voltaire pensava da mesma maneira a idéia da fundamentação da história nos fatos, mas admitia que diferentes conclusões poderiam ser tiradas deles. Ele insistia que a verdade dos fatos deveria ser mantida distinta da verdade vinda da reflexão sobre eles¹⁴⁶. Mas as histórias enquanto verdade ou fábula não se distinguem em oposição umas às outras, mas em “misturas” de verdade e fantasia que, para White, representam um ganho positivo na consciência histórica no século XVIII em relação ao século anterior¹⁴⁷.

O que caracteriza a maneira irônica de se fazer história é que ela apesar de basear-se nos fatos para construir o conhecimento histórico, como vimos com Bayle e Voltaire, ela os utiliza não apenas para propósitos partidários e polêmicos, como todas as outras épocas o fizeram, mas o faz com total consciência da possibilidade de escolha entre usá-la para si mesma ou para a própria finalidade do historiador. Esta consciência se reflete em uma voz que não deixa de ser usada pelos iluministas e aparece de forma manifesta em seus textos impondo a própria versão do historiador sobre os "eventos verdadeiros" contra ou a favor de seus

¹⁴⁴ Pode-se ver a idéia do iluminismo como epistemologicamente cético e culturalmente relativista em WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 65.

¹⁴⁵ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. . 49.

¹⁴⁶ Voltaire é citado por Hayden White como o exemplo mais claro da diferença entre a história baseada apenas nos fatos “verdadeiros” do século XVII, exemplificada por antiquaristas como Muratori e Curne de Saint-Palaye e a história filosófica do século XVIII que utiliza-se da pesquisa dos fatos “verdadeiros” para atingir “verdades” que fogem ao escopo da história.

¹⁴⁷ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 51. Hayden White não deixa claro como este ganho positivo poderia se relacionar com uma idéia de “progresso” na história.

predecessores¹⁴⁸. Assim, se os antiquaristas¹⁴⁹ do século XVII, buscavam a verdade a partir das fontes do passado, não imaginaram como a historiografia do século XVIII que os princípios da “verdade” moral ou intelectual poderiam derivar de suas crônicas ou “anais”. A busca da verdade histórica apesar de se fundamentar nas informações factuais não se limitou a elas. White informa que o objetivo da história iluminista era atingir a verdade do caráter humano e os motivos que governam o comportamento do homem.

Estes princípios surgem sustentados na racionalidade que oferece a base a partir da qual se pode derivar “conceitos” universais do estudo do passado e conceber as causas e efeitos que governam o “progresso” da razão no tempo. Esta característica que foi considerada ahistórica pelos historiadores do século XIX, para White deve ser nomeada de super-histórica, pois considera o passado em relação à sua validade no presente, ou seja, submete o passado a um julgamento que avalia sua “correção” e adequação aos problemas e necessidades contemporâneos, destruindo-o e condenando-o quando necessário¹⁵⁰.

Mas White acredita que a história iluminista falhou não devido a problemas metodológicos, mas pela falta de uma teoria psicológica que abarcasse a imaginação como contribuinte da descoberta da “verdade”, pois ao contrário, a razão separou a “verdade” da imaginação. Houve uma “compartimentalização da psique”¹⁵¹ que distinguiu entre a área de expressão legítima da imaginação e outra área de expressão legítima da razão fazendo com que mitos, fábulas e outras formas não consideradas racionais fossem excluídas como fontes possíveis para a pesquisa histórica.

O que importava aos iluministas era identificar o racional das épocas passadas e relatá-lo. A maneira de descartar o irracional tão criticado pelos historicistas é tomada por White como uma questão meta-historiográfica que está ligada ao valor que se dá ao estudo desinteressado do passado¹⁵² e não se

¹⁴⁸ KORHONEN, Kuisma. Tropes for the Past: Hayden White and the History/Literature Debate. Rodopi, 2006. p. 18.

¹⁴⁹ O texto se refere aos estudiosos do século XVII e começo do século XVIII, principalmente, ligados a ordens religiosas que defendiam um método rigoroso de crítica das fontes baseado na filologia para a produção de uma hagiografia crítica. Para maiores detalhes: SWEET, Rosemary. Antiquaries: the Discovery of the Past in Eighteenth-Century Britain' (Hambleton, 2004)

¹⁵⁰ WHITE, Hayden. Trópicos do Discurso. São Paulo: EDUSP, 2001. p.154

¹⁵¹ WHITE, Hayden. Trópicos do Discurso. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 160

¹⁵² WHITE, Hayden. Trópicos do Discurso. São Paulo: EDUSP, 2001. p.154

confunde com uma avaliação da cientificidade do discurso histórico, mas antes, com uma função ética ligada aos usos do conhecimento de alguém. O tratamento de oposição entre os termos razão/fantasia em vez de uma visão parte/todo, será para White, a marca da história iluminista.¹⁵³ Esta oposição não significou que o século XVIII não tinha conhecimento de filosofias que valorizassem tanto as coisas racionais como irracionais, como a filosofia de Leibniz.

A dicotomia entre fábula e história, White mostra, foi estabelecida porque estava de acordo com as experiências dos pensadores setecentistas em seus próprios mundos sociais.¹⁵⁴ O passado só podia ser visualizado como a terra do irracional e o presente, o momento da luta entre a razão e o irracional. O mundo social do Iluminismo foi pensado tendo a razão nascida anteriormente às “épocas primitivas”, só acontecendo seu declínio em virtude da ignorância e escassez causadas pelo aumento da população. A luta por recursos teria levado à criação da sociedade que controlou o homem através da força e da autoridade conferida pela religião. A sociedade se tornou a manifestação da não-razão no mundo.

O progresso da história na visão iluminista é o “desmascaramento” desta irracionalidade imanente da sociedade por um pequeno grupo de homens racionais capazes de reconhecer sua tirania¹⁵⁵. A razão, para os iluministas, não surge do mítico, mas o desmascara graças às pequenas áreas da razão sobreviventes em cada civilização. O pensamento da unidade essencial da raça humana, que em Leibniz tomava o irracional como manifestação válida, não podia ser levado como uma pressuposição da escrita histórica pelos iluministas, mas sim, como um ideal projetado no futuro.¹⁵⁶

A oposição rígida entre fato e fantasia que exemplificavam a batalha entre razão e não-razão classificou os “agentes” descritos na narrativa histórica setecentista em categorias positivas ou negativas, sugerindo aos historiadores uma escrita no modo épico¹⁵⁷ que mostraria a grande guerra entre o bem (razão) e o mal

¹⁵³ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p.52

¹⁵⁴ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 61

¹⁵⁵ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 67

¹⁵⁶ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 61

¹⁵⁷ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 61

(não-razão). Porém, logo o modo épico foi percebido como não-válido. A narrativa histórica configurada desta maneira não pôde construir uma imagem sem que um dos lados tivesse que ser derrotado absolutamente.

Houve também, por parte dos iluministas, a tentativa de se construir esta narrativa histórica de forma cômica, mas esta só poderia ser sustentada através de uma visão dogmática. E a forma trágica foi minada desde o início pela concepção da natureza humana como um campo de determinações causais levando à concepção satírica, a qual, a forma ficcional é a ironia¹⁵⁸.

O exemplo de Hume, para White, mostra como a forma irônica gerada por esta dicotomização do campo histórico criou e dissolveu a convicção que originalmente a inspirou de que os homens da época progrediram de maneira absoluta para além da irracionalidade característica dos seus ancestrais remotos.¹⁵⁹ Pois, não houve uma maneira de estabilizar a crença desta oposição entre razão e não-razão como verdade universal. Ele enxergou as diferenças entre sua época e as suas antecessoras apenas nas formas que o racional e o irracional assumiram ao longo do tempo, tornando insustentável a história como algo que pudesse fugir ao ceticismo a que a filosofia chegara¹⁶⁰.

A ironia resultante da não-adequação entre modelos de explicação e a visão social iluminista, White observa, não permitiu aos iluministas enxergarem a história como problema. Se as verdades universais não puderam ser extraídas a partir da contemplação dos fatos do passado, a razão se tornou o elemento meta-histórico capaz de fornecê-las.

Isso levou Kant, como exemplifica White, a admitir que as melhores razões para acreditar no progresso eram morais e não científicas, pois não houve nenhuma contribuição significativa que o conhecimento histórico pudesse fornecer sobre a compreensão da natureza humana que não se pudesse apreender a partir do estudo filosófico. Não houve uma pressuposição metodológica sobre a história, porque a simples constatação da veracidade dos fatos bastava para que a razão abstraísse deles aquilo que lhe era necessário para uma investigação sobre as “verdades”.

¹⁵⁸ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p.67

¹⁵⁹ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

¹⁶⁰ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 70

A metodologia, constata White, se limitou à sujeição às regras da retórica e da poética clássica e uma suspeita da linguagem figurativa, que deveria ser usada na poesia e não na história. Para White, a falta de problematização da história no Iluminismo levou à idéia “que a linguagem figurativa é justamente um meio que tanto pode exprimir uma verdade apreendida de maneira incompleta quanto dissimular um erro ou uma falsidade reconhecidos de modo incompleto.”¹⁶¹

Há o reconhecimento dos historiadores da época de que era necessário a utilização de elementos ficcionais na narrativa histórica como modo de descrever o estudo da história que, muitas vezes, foi considerado algo separado de seu relato. Este estudo que alcançava os fatos “verdadeiros” da história era base da criação da história iluminista e não seu produto final. A escrita da história no século XVIII não foi somente relatar os fatos pesquisados como aconteceu com os annalistas, mas uma composição que unia junto com técnicas estilísticas, os fatos “verdadeiros” da história e a reflexão racional.

O elemento estético da escrita da história não foi tomado como algo que pudesse prejudicar a “veracidade” dos fatos. Após descobertos através de pesquisa, estes fatos deveriam ser configurados em uma trama incorporando as reflexões racionais do historiador que elevava através da escrita, os meros “dados” do passado de uma simples cronologia para uma história.

Hayden White chega à conclusão que a queda da história iluminista não se deu por falhas metodológicas, mas, resultou da necessidade da crença em um progresso da razão pelos oitocentistas que criou uma expectativa do futuro contraposta à incapacidade da pesquisa do passado fornecer a “verdade” desse processo.

A falha da historiografia iluminista em fugir do ceticismo e fornecer elementos que pudessem dar base à crença no progresso gerou novas concepções da história como a teorizada por Herder. Este escapou da contraposição entre razão e não-razão dos iluministas considerando a validade de todas as coisas do passado como misturas de elementos racionais e irracionais individuais e específicas. A partir desta idéia, Herder pôde evitar a oposição entre mito e história que gerou a configuração tropológica irônica na história iluminista e refugiou-se na metáfora. As “identificações metafóricas” das entidades individuais de Herder lhes permitiram

¹⁶¹ WHITE, Hayden: Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 67

apreender o campo de acontecimento histórico fora de uma relação causal evitando a queda na figuração irônica da representação histórica, justificando a coerência do objeto na sua imediaticidade. A coerência individual do fato do passado não significava que a história era arbitrária, Herder acreditava que no próprio processo histórico, através da interação de seus elementos, a forma histórica poderia ser adquirida. Todos os agentes carregavam em si mesmos as regras de suas próprias articulações. As regras de procedimento de um historiador frente a esta multiplicidade de forma seria a humildade.

Para White, o caráter não-científico não afastou vários estudiosos de seguirem Herder, porque o modo como ele concebeu a história se tornou atrativa no período após a Revolução Francesa, onde as pessoas buscavam uma concepção a qual basear sua vivência da realidade. A vantagem da caracterização da coerência individual dos fatos de Herder, pensa White, é a facilidade de sua aplicação à época contemporânea do pensador, satisfazendo as expectativas políticas do período.

Herder fez parte de uma corrente de pensamento que no final do século XVIII, surgiu em oposição à visão histórica irônica e ao racionalismo dos iluministas. Esta corrente não foi algo uniforme, mas os historiadores que a formaram tinham em comum a crença na empatia como método para a compreensão histórica e a apreciação positiva de aspectos mal-vistos pelos iluministas. Apesar da não-unidade, esta oposição criou uma crise na historiografia que fez com que já na primeira década do século XIX, o problema do conhecimento histórico se tornou algo que os filósofos da época tiveram que se preocupar. Isto gerou uma nova concepção onde a ficção tornou-se oposta à história e os fatos foram identificados, sem mediação, com a verdade. Diferente do século XVIII, onde a veracidade do fato não bastou por si própria como meio de representação da “verdade” e foi necessário o esforço da razão e mesmo da imaginação junto aos “dados” para compor aquilo que os historiadores iluministas chamaram de história. A ficção na época oitocentista deixou de ser uma forma de apreender a realidade e se tornou um obstáculo à objetividade do historiador.

O que nos parece interessante na análise das prefigurações narrativas de White, é a não-existência de uma unidade tropológica no século XIX como aconteceu com a ironia na segunda metade do século XVIII. Obviamente, pelo que vimos até aqui, isto se deve à necessidade da disciplina histórica em excluir a subjetividade como algo válido a se encontrar em uma explicação histórica e o tropo

irônico se caracteriza pela exposição do autor em relação ao estudo do passado. A pretensão mimética da disciplina histórica se apresenta então em diversos modelos de historiografia "realista" e a filosofia da história acompanha esta diversidade.

Partindo da fuga da ironia setecentista, White observa um ciclo de tropos no século XIX que se desenvolvem pela metonímia (Marx), pela metáfora (Nietzsche) e pela ironia (Croce), enquanto que os historiadores profissionais são tratados em termos de urdidura de enredo.

White descreve como a historiografia oitocentista retorna à metáfora livrando-se da estratégia organicista de Herder para justificar a crença no progresso e no otimismo evitando a ironia¹⁶². Assim, os historiadores oitocentistas se utilizarão de diversos modos de explicação para justificar suas pesquisas e visões do campo histórico. Michelet tramará a sua história em forma de romance com uma argumentação formista e uma ideologia explicitamente liberal, enquanto Tocqueville será pretensamente mais "realista" por urdir sua história em gênero trágico relacionando-o com uma argumentação mecanicista com ideais liberais, já Ranke conceberá a história de maneira cômica e de argumentação organicista e Burckhardt terá seus escritos sobre o passado no formato de tragédia com a explicação por argumentação formal calcada no contextualismo a serviço de uma ideologia conservadora.

No entanto, no último terço do século XIX, ocorreu a "crise do historicismo", que para White, tem a ascensão do tropo irônico como o próprio conteúdo da crise. De acordo com White, mesmo com a tentativa de escapar dela, o surgimento da ironia no período é consequência da própria visão histórica da primeira metade do século XIX, quando surgiram inúmeras histórias que submeteram-se ao crivo da objetividade oitocentista mas que excluía e contradiziam umas às outras mesmo possuindo todos os requisitos que classificavam uma história "científica".

3.2.2 Meta-História e Filosofia Analítica da História

Em nossa visão, mesmo considerado todos os componentes que o constituem, o livro *Meta-História* deve ser considerado uma obra imersa na

¹⁶² WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 155.

discussão da filosofia analítica da história e dessa forma condicionada a resolver problemas que aquela discussão propunha. Para embasar nossa hipótese iremos discutir a distinção entre ciência e história estabelecida por Hayden White, que como vimos, está no epicentro da formação daquele debate.

Meta-História se fundamenta em uma asserção básica que só a partir dela, é que pôde ser construído todo o seu aparato conceitual e esta é a diferença fundamental entre ciência e história. Para Hayden White, a história difere das ciências porque na primeira não existe uma concordância sobre as leis de causação social que poderiam dar forma à explicação científica histórica e isso reflete seu caráter proto-científico¹⁶³. É por esta falta de discordância que as obrigações históricas devem basear-se em diferentes pressupostos meta-históricos sobre a natureza do campo histórico e isso causa diferentes tipos de explicação que podem ser usadas na análise historiográfica¹⁶⁴. Além desta discordância, White aponta para o fato de que todo relato histórico da realidade possui um irreduzível componente ideológico, ou seja, qualquer tentativa de compreender o passado lhe dando coerência implica uma forma que conhecimento do mundo presente deve tomar, tornando impossível um relato histórico objetivo e desinteressado como as seriam as explicações científicas. É exatamente por estar ligada a efeitos retóricos que a história não pode ser considerada uma ciência rigorosa, como gostariam muitos historiadores.

Mas sem desviar nosso foco, enxergamos que apesar da abertura de uma trilha divergente no debate teórico de sua época¹⁶⁵, as teses de Hayden White continuam guiadas pelos princípios que ele estabeleceu. Isso porque, as leis causais não desaparecem no esquema tropológico de White. Na verdade, elas são deslocadas para dentro da narrativa, em uma forma não tão diferente como acontece em alguns narrativistas que argumentavam no debate entre história e ciência na filosofia analítica da história. Estas leis se encontram inseridas na explicação por argumentação formal, explicadas acima, e possuem o mesmo efeito que uma “covering law” forneceria com a diferença que a primeira não possui comprovação empírica e está baseada em efeitos retóricos e não em relações de

¹⁶³ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. P. 28

¹⁶⁴ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. P. 28

¹⁶⁵ COSTA LIMA, Luiz. *Aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989a. P. 63

causa-efeito observadas e comprovadas na natureza. Se à primeira vista, esta diferença parece ser intransponível, ao refletirmos nos parece que ela se torna menor ao notarmos que White preocupa-se em localizar os dispositivos explicativos da disciplina histórica e estabelecer sua relação com as ciências naturais. Decorre disso, que as leis gerais que formam a explicação dos historiadores, para White, não se baseiam em princípios lógicos e por isso não podem ser “científicas”, mas não deixam de ser construídas com um caráter nomológico-dedutivo¹⁶⁶.

White mina a constituição das leis gerais chegando à não-distinção entre história e filosofia da história radicalizando as premissas dos narrativistas da filosofia analítica da história através do reconhecimento das narrativas como artefatos verbais que possuem mais afinidade com a ficção do que com a ciência. Mas o que institui a relação que White compõe com os narrativistas, apesar de sua radicalização, é a procura que ele estabelece de como a explicação se relaciona com os outros tipos de explicação. Se esta não é a premissa central de *Meta-História*, ela com certeza influencia em suas definições, porque White só pode chegar na ficcionalidade da explicação histórica a partir das indagações da filosofia analítica da história, pois a não-distinção entre história e meta-história só pôde ser pensada por White a partir da idéia sobre a forma como a história pode transformar sua interpretação de uma seqüência de eventos em enredo e consequentemente, em explicação histórica, tema central em vários narrativistas analíticos.

Queremos deixar claro com esta argumentação, que a transformação da crônica em estória e a transformação em padrões reconhecíveis não foi uma novidade no debate sobre o papel da narrativa na explicação histórica, pois foi trabalhada por pensadores como Danto, Gallie e Mink. A diferença que a transformação toma em White é quando esta estruturação incorpora elementos meta-históricos para explicar as escolhas e a ordenação dos eventos.

Estes elementos "metafísicos" que formariam as leis da história estão, para White e ao contrário dos filósofos analíticos, incorporados na narrativa histórica. A narrativa deixa de ser unívoca, como era pensada e passa a ter diferentes formatos porque existem diferentes formas de explicações causais que privilegiam diferentes aspectos dos eventos que estão sendo narrados.

¹⁶⁶ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 26.

É exatamente por não haver uma concordância entre os historiadores sobre a utilização de uma única explicação causal na escrita histórica que ela não pode se tornar uma ciência e será sempre uma proto-ciência. Esta concepção de ciência, como Lacapra discute, torna White refém da visão científica provinda de Hempel apenas a invertendo e se mantendo no mesmo quadro de referência da filosofia analítica da história. A teoria dos tropos para LaCapra seria um análogo estruturalista da "covering law" que ele tanto criticou, pois, os tropos funcionariam como determinantes em última instância do discurso histórico¹⁶⁷.

A concepção de ciência de White é fundamentalmente baseada em uma oposição entre conhecimento científico e literário, no qual ele distingue claramente a ciência da história e o leva a um argumento, surpreendente para Gearhart, de que os problemas da história foram criados pelo fato de que o estudioso da história está preso dentro do processo histórico enquanto o das ciências naturais não¹⁶⁸. O que deixa a história no mesmo patamar estabelecido pelo paradigma hempeliano: uma disciplina sem lar, sem verdadeiras explicações e sem um verdadeiro paradigma¹⁶⁹.

Klein enxerga a escolha do fator artístico como premissa cognitiva do trabalho histórico como uma extensão da tradição idealista marcada por Walsh, Dray e Mink que lutaram contra a tese de unidade das ciências que marcava os escritos influenciados por Hempel¹⁷⁰. Em seu artigo, Chris Lorenz explica que Hayden White apenas inverte as premissas da filosofia analítica sem escapar dela construindo uma espécie de "positivismo invertido". Para ele, White não consegue escapar dos questionamentos sobre onde surgem as explicações e suas relações com as formas fornecidas culturalmente e se refugia em um idealismo collingwoodiano sobre a análise da mentalidade do historiador¹⁷¹.

A tentativa da manutenção de uma explicação específica da história típica do idealismo leva às teses narrativas a um destino semelhante ao do debate sobre as

¹⁶⁷ LACAPRA, Dominick. *Rhetoric and History in History and Criticism*. Ithaca: Cornell UP, 1985. P. 81

¹⁶⁸ GEARHART, Suzanne, "(Voltaire) The Question of Genre: White, Genette, and the Limits of Formalism," in: *The Open Boundary of History and Fiction. A Critical Approach to the French Enlightenment*. Princeton: Princeton University Press, 1984, p.57

¹⁶⁹ KLEIN, Kerwin Lee. *Frontiers of Historical Imagination: Narrating the European Conquest of Native America, 1890-1990*. Berkeley, CA, University of California Press. 1999. p. 47.

¹⁷⁰ KLEIN, Kerwin Lee. *Frontiers of Historical Imagination: Narrating the European Conquest of Native America, 1890-1990*. Berkeley, CA, University of California Press. 1999. p. 55.

¹⁷¹ LORENZ, Chris. Can Histories be True? Narrativism, Positivism, and the "Metaphorical Turn". *History and Theory*, Vol. 37, No. 3 (Oct., 1998), pp. 309-329. Blackwell Publishing for Wesleyan University.

leis gerais na história que permite a ascensão de teorias que comparam a história à literatura como nas obras de Hayden White, segundo Ricoeur. Para ele, a diversificação dos modelos explicativos através da narrativa foram se transformando de uma certa estrutura de sentença narrativa baseada em dados documentados, passando por um modelo explicativo entre outros, até chegar ao ponto destas formas de explicações serem consideradas o nível primário da explicação e uma reconfiguração e fragmentação das teses narrativas com White¹⁷².

3.2.3 Meta-História e Estruturalismo

Para Harlan, foi o encontro com as teses sobre história de Lévi-Strauss que modificou o pensamento que White possuía sobre a história na época em que escreveu *Fardo da História*. A partir da leitura dos textos do antropólogo, White teria reconfigurado seu projeto e procurado restringir a liberdade interpretativa da história para que ela não se tornasse nada mais do que interpretação. A história, a partir dali, necessitava de uma estrutura que estabilizasse as formas retóricas e explicativas e regulasse o processo interpretativo¹⁷³.

Meta-História é um livro estruturalista, mas devemos pensar que é o estruturalismo científico, como ficou conhecido nas análises antropológicas de Lévi-Strauss e nas análises lingüísticas em certa fase de Barthes, que fornece o quadro conceitual para Hayden White. Isto significa que White pretende estabelecer uma ciência que dê conta de analisar os diversos discursos da disciplina histórica. Como Michael Roth aponta, White, como estruturalista, acreditava ter a "chave" para desvelar o significado de toda linguagem, se não como mito, então como discurso figurativo¹⁷⁴. Esta "chave" provém da visão de que em contraste com a crônica, a história possui uma estrutura, uma ordem de significado que elas não possuem enquanto meras seqüências. Assim, a teoria dos tropos de White onde eles se apresentam como a base da retórica e da narrativa se assemelha às análises estruturalistas apresentando um segundo nível de significação que se analisado de

¹⁷² RICOEUR Paul. *Time and Narrative I*. 1984. The University of Chicago Press: Chicago. p. 179.

¹⁷³ HARLAN, David. *The degradation of American history*. Chicago : Chicago University Press, 1997.p. 106.

¹⁷⁴ ROTH, Michael S. *Cultural Criticism and Political Theory: Hayden White's Rhetorics of History in Political Theory*, Vol. 16, No. 4 (Nov., 1988), pp. 636-646

forma apropriada apresenta os códigos pelos quais os textos históricos são estruturados¹⁷⁵.

Então, o sistema estruturalista de análise do discurso histórico de White diferencia dois níveis nos textos historiográficos. O primeiro nível é constituído pelos diferentes eventos que figurarão no relato da pesquisa. O segundo nível de significação são as estruturas narrativas que são empregadas pelos historiadores para inserir os eventos do primeiro nível dentro de interpretações gerais do respectivo processo histórico. Enquanto os elementos do primeiro nível podem ser verificados de acordo com regras de objetividade e veracidade, a veracidade dos significados atribuídos a estes elementos pela estrutura narrativa depende da preferência tropológica que prevalece na comunidade científica e social.¹⁷⁶

Se discutimos acima que a grande diferença entre Hayden White e os filósofos analíticos que o precederam foi a não distinção entre história e meta-história pois toda narrativa possui elementos meta-históricos. Esta distinção só foi possível através desta análise estrutural que percebe o segundo nível de significação como atribuidor das “leis” que regem os eventos. A partir daí, White não analisa a relação entre a escrita da história e os fatos que ela pretende descrever verificando seu grau de acuidade, mas sim, pretende analisar a primeira em si própria e seu protocolo lingüístico pré-figurativo responsável pelo efeito explicativo no discurso histórico¹⁷⁷.

E se historiadores como Elizabeth Ann Clark apontam para o sistema quaternário dos tropos de White como um escape da predileção estruturalista pelo binarismo¹⁷⁸, Gearhart mostra que este sistema quaternário, na verdade é um sistema binário que contrapõe ironia à metáfora, metonímia e sinédoque, pois a partir da ironia o historiador pode atingir consciência de que a história é formal e poética ao invés de literal e realista e a capacidade da ironia criar uma crise no

¹⁷⁵ LACAPRA, Dominick. *Rhetoric and History in History and Criticism*. Ithaca: Cornell UP, 1985. P. 81.

¹⁷⁶ KANSTEINER, Wulf. From exception to exemplum the new approaches to Nazism and the "Final Solution in JENKINS, Keith (Ed). *The Postmodern History Reader*. Routledge, 1997.p. 413.

¹⁷⁷ GEARHART, Suzanne, "(Voltaire) The Question of Genre: White, Genette, and the Limits of Formalism," in: *The Open Boundary of History and Fiction. A Critical Approach to the French Enlightenment*. Princeton: Princeton University Press, 1984, p.57

¹⁷⁸ CLARK, Elizabeth A. *History, Theory, Text: Histories and the Linguistic Turn*, Cambridge 2004. p. 98.

pensamento histórico devido à consciência da não-objetividade da história é o que, no pensamento de Gearhart, contrapõe a ironia aos outros tropos¹⁷⁹.

White também não escapa da pretensão científica da fase inicial do estruturalismo e seu projeto assume escapar da distinção entre figurativo e literal ao reconhecer a própria configuração irônica de sua obra e assim transcendê-la.¹⁸⁰ Para o autor de *Meta-História*, a linguagem formalista (e estruturalista) é a única capaz de perceber a natureza tropológica na escrita histórica em sua totalidade e assim, seu sistema tropológico pode ser pensado como uma ciência da escrita histórica é formada¹⁸¹.

A classificação de sua escrita histórica como irônica (lembrando que a ironia pensada por White é um tropo figurativo ao mesmo tempo que é a negação do figurativo) permite a White transcender sua natureza poética e fixa-la em um sistema formal. Como Gearhart explica muito bem, o formalismo de White é uma teoria da linguagem literal cujo sonho é dominar a linguagem metafórica construindo um sistema de categorias onde a linguagem metafórica esteja presente¹⁸². Herman Paul acredita que o núcleo de *Meta-História* pode ser encontrado na esperança de que o tropo irônico, característico da visão ocidental moderna da história será um dia substituído pela metáfora. Se a história da historiografia no século XIX é retratada pelo autor como um movimento da compreensão metafórica da realidade até uma visão irônica do mundo e, portanto, inevitável para quem vive em nossa sociedade, White não desiste da idéia de que os historiadores devem lutar contra a ironia através dela própria¹⁸³.

Meta-História está longe do pós-estruturalismo que lhe é atribuído. A obra não defende a história como rede ilimitada de significados, e sim, está imbricada em formas limitadas e culturalmente sancionadas, não existe a fabricação indiscriminada de significado da imaginação idiossincrática do historiador. Pelo

¹⁷⁹ Gearhart, Suzanne, "(Voltaire) The Question of Genre: White, Genette, and the Limits of Formalism," in: *The Open Boundary of History and Fiction. A Critical Approach to the French Enlightenment*. Princeton: Princeton University Press, 1984, p.57

¹⁸⁰ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.P. 441.

¹⁸¹ GEARHART, Suzanne, "(Voltaire) The Question of Genre: White, Genette, and the Limits of Formalism," in: *The Open Boundary of History and Fiction. A Critical Approach to the French Enlightenment*. Princeton: Princeton University Press, 1984,

¹⁸² GEARHART, Suzanne, "(Voltaire) The Question of Genre: White, Genette, and the Limits of Formalism," in: *The Open Boundary of History and Fiction. A Critical Approach to the French Enlightenment*. Princeton: Princeton University Press, 1984. p. 63.

¹⁸³ PAUL, Herman. *Historical Discourse and Literary Writing in KORHONEN, Kuisma. Tropes for the Past: Hayden White and the History/Literature Debate*. Rodopi, 2006.p. 36.

contrário, a explicação do historiador será julgada pela sabedoria de suas escolhas, então existem regras, se não leis na narração histórica¹⁸⁴.

Meta-História ainda se diferencia do desconstrucionismo porque se não existe mais a preocupação com a relação mimética entre história e realidade no trabalho de White, existe ainda a relação mimética entre os tropos da história e o sistema linguístico no que qual White descreve "literalmente" estes tropos. Então o teórico que pode definir e delimitar vários tropos pode, presumivelmente, definir entre o literal e científico¹⁸⁵.

Podemos argumentar que White acha a última essência criticada por Derrida como logocentrismo da filosofia ocidental, para o primeiro sua teoria dos tropos é axiologicamente neutra¹⁸⁶ e é possível ser transcendida para se chegar a uma observação e classificação neutra dos escritos históricos. White não descreve este modelo científico como um discurso entre outros como é a tese dos pós-estruturalistas. Para Derrida, o discurso científico é um auto-constructo que não se refere ao um objeto empírico e não se distingue de outros tipos de discursos como algo que tivesse atingido a realidade. Já White, como vimos acima, ainda conserva a distinção entre ciências naturais e ciências humanas que traz da tradição da filosofia analítica da história.

O sistema tropológico forneceu a White, os controles interpretativos que pudessem conter o relativismo, pois operam de acordo com convenções literárias assimiladas desde a infância tanto pelo historiador quanto seus leitores. O reconhecimento destas convenções literárias lhe permitem encarar o discurso historiográfico de "fora" e classifica-la de acordo a sua matriz tropológica como os formalistas e estruturalistas científicos. Koselleck acredita que delimitando o espaço dos dados possíveis pela estrutura tropológica, White deixa a interpretação subjetivista para trás em ordem de investigar os critérios linguísticos de objetivização que a disciplina histórica pode se justificar. Com isso, ele pode oferecer uma pluralidade de interpretações meta-históricas linguisticamente

¹⁸⁴ HARLAN, David. The degradation of American history. Chicago : Chicago University Press, 1997. p. 112.

¹⁸⁵ GEARHART, Suzanne, "(Voltaire) The Question of Genre: White, Genette, and the Limits of Formalism," in: The Open Boundary of History and Fiction. A Critical Approach to the French Enlightenment. Princeton: Princeton University Press, 1984. p. 63.

¹⁸⁶ WHITE, Hayden: Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.P. 441.

mediadas sem se afundar em um relativismo historicizante em sem validar técnicas reducionistas baseadas na ideologia como última instância¹⁸⁷.

3.2.4 Meta-História e a Crítica Literária

A aproximação com a crítica literária é o ponto mais famoso e também mais polêmico de toda a obra de White. Como Richard Vann mostra, ela foi o principal fator para o rechaço dos historiadores em relação ao livro de White e pela sua classificação por muito tempo entre os textos de crítica literária ao invés de história¹⁸⁸.

Esta aproximação pôde acontecer porque White chega à conclusão de que os discursos históricos são estruturas verbais que estão mais próximas da ficção do que da ciência e devido a isso, irá analisar as formas que estas estruturas verbais funcionam através da crítica literária. Isso quer dizer, que se a narrativa histórica não trata de objetos ficcionais, mas aborda os eventos reais por formas ficcionais vigentes em uma cultura¹⁸⁹, o historiador achou necessário se apropriar de conceitos utilizados por estudiosos destas formas ficcionais. A partir deste pensamento, White escreve a história das narrativas históricas do século XIX e não das idéias da época ou como os historiadores analisados são enquadrados dentro da cultura oitocentista.

O primeiro passo que reflete esta "apropriação" é a sua forma de analisar as narrativas sobre o passado. Se *Meta-História* possui um caráter diacrônico em que podemos analisar as mudanças das concepções sobre o que é história com o passar do tempo, é possível notar um núcleo sincrônico e ahistórico que analisa estas narrativas em si próprias sem preocupar-se com o seu contexto, como prescrevia o formalismo russo e a Nova Crítica¹⁹⁰. Grossman nota que em seu ensaio sobre Foucault em *Trópicos do Discurso*, White descreve um modelo de transformação no tempo das escritas históricas que se relaciona aos modelos

¹⁸⁷ KOSELLECK, Reinhart. *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Translated by Todd Samuel Presner and others. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 2002. P 42.

¹⁸⁸ VANN, Richard T. *The Reception of Hayden White in History and Theory*, Vol. 37, No. 2 (May, 1998), pp. 143-161. Blackwell Publishing for Wesleyan University.

¹⁸⁹ COSTA LIMA, Luiz. *Aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989a. P. 77

¹⁹⁰ ROTH, Michael S., "Cultural Criticism and Political Theory. Hayden White's Rhetorics of History." *Political Theory*, vol. 16, no 4, November 1988.

tropológicos vigentes em determinada época e não ao contexto em que se encontram. As “epistêmes” tropológicas é que determinariam as suas próprias negações e revisões¹⁹¹ e não mudanças na sociedade em que as formas de escrita histórica se encontram. Fica clara a influência da crítica literária e sua idéia de que os estilos literários antes se relacionam consigo mesmos do que com a sociedade em que vivem. Esta análise só é importante porque White compartilha com a crítica literária do século XX a visão de que a forma não é neutra e interfere no conteúdo da escrita, como podemos observar no historiador, quando as histórias são vazadas de acordo com os tropos estabelecidos culturalmente eles interferem diretamente na maneira como os eventos do passado serão explicados.

Ao defender o uso da crítica literária, White conclui que para examinar o registro histórico, o estudioso deve possuir noções gerais dos tipos de histórias que possam existir na época do objeto examinado, já que como artefato verbal ele está configurado em um gênero de história reconhecível tanto para o historiador quanto para seu público¹⁹².

Assim, quando examina os historiadores do século XIX, Hayden White volta às raízes comuns da literatura e da historiografia a partir dos *mythoi* desenvolvidos por Northrop Frye para identificar as formas arquetípicas do pensamento épico e as utilizará como meio de perceber o elemento especificamente fictício em seus relatos históricos¹⁹³. A história é associada à literatura não por um certo embelezamento retórico que o historiador utilizaria ao relatar os dados do passado, mas porque os arquétipos comuns à literatura e a narrativa histórica formam um primeiro nível de explicação dos dados do passado, quer dizer, eles constituem aquilo que entendemos como uma explicação histórica.

Isso fica claro quando analisada a idéia do autor de *Meta-História* sobre as obras-primas da escrita histórica, que seriam constituídas pela tensão entre os modos de explicação existentes no seu interior¹⁹⁴. Esta idéia preenche aquilo que

¹⁹¹ GROSSMAN, Marshall, "Hayden White and Literary Criticism: The Topology of Discourse." *Papers on Language and Literature*, vol. 17, no 4, Fall 1981, pp. 424-445. p. 440.

¹⁹² WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

¹⁹³ WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

¹⁹⁴ "Não afirmo que essas correlações figuram necessariamente na obra de um historiador na verdade, a tensão implícita em toda obra-prima da história é criada em parte por um conflito entre uma dada modalidade de enredo ou de explicação e o comprometimento ideológico específico do seu autor." In WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso. Ensaios sobre a crítica da*

Jakobson chamou de “função poética”, o historiador deslocaria sua “*parole*” das expectativas para chamar a atenção para a própria forma do texto, além de seu conteúdo. A diferença na escrita histórica é que ao contrário de um poeta, o historiador faz com que esta atenção requerida pela “mensagem” seja experienciada como atenção ao próprio referente¹⁹⁵.

Se White concebe a história como possuidora de um nível de significação de segunda ordem com a ajuda dos escritores estruturalistas, é a partir das noções de Frye que ele identifica o elemento poético como estrutura de enredo pré-genérica baseada em arquétipos culturais tornando o não-familiar em familiar. Os arquétipos transformam um conjunto caótico de eventos em uma estória com começo, meio e fim que permite, como acredita Ankersmit, que White leia o estudo historiográfico como se fosse um romance¹⁹⁶. Os questionamentos deixam em sua obra de ser relacionados aos fatos para se concentrarem no texto que “aparentemente” os descrevem e as estruturas que o formam.

Com esta concepção, vemos White se aproximar muito mais das propostas da crítica literária de análises dos textos que de um estudo histórico propriamente dito, mas como vimos acima e Hooper nos alerta, este retorno da história à literatura não retira o status de modelo de explicação histórica que sua obra possui, pois tomando um caráter teleológico, a ironia é revestida de um papel redentor de consciência da realidade¹⁹⁷.

Os empréstimos da crítica literária não tornam as idéias de Hayden White relativistas, pois como vimos, a crítica literária em que ele se baseia tem em grande parte de suas teses, um caráter objetivista e muitas vezes cientificista. O fato de sua teoria ser retirada da literatura ou da lingüística não lhe confere um caráter mais interpretativo e menos objetivista¹⁹⁸, pois, White procura nelas uma forma de controlar os efeitos de sua aproximação da história com a literatura.

cultura. José Laurênio de (trad.). 2.^a edição, São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2001, p. 89.

¹⁹⁵ GROSSMAN, Marshall, "Hayden White and Literary Criticism: The Topology of Discourse." *Papers on Language and Literature*, vol. 17, no 4, Fall 1981, pp. 424-445. pp 428-429.

¹⁹⁶ ANKERSMIT, Frank. *History and Topology. The Rise and Fall of Metaphor*. Berkeley : University of California Press,

¹⁹⁷ HOOPER, S. S. *Fronteiras de Literatura e História: A Escrita de Sérgio Buarque de Holanda*. 2002. p 82

¹⁹⁸ HOOPER, S. S. *Fronteiras de Literatura e História: A Escrita de Sérgio Buarque de Holanda*. 2002. p 82

3.3 Hayden White pós-estruturalista?

Na coletânea de artigos publicados entre 1979 e 1985 *The Content of the Form*, White radicaliza sua crítica à disciplina da história e se volta para o estudo da narrativa utilizando de todo arsenal estruturalista de crítica à naturalização do discurso e o “efeito da realidade” criado pela discurso histórico. Se em *Trópicos do Discurso*, White acusa os críticos absurdistas como Foucault, Barthes e Derrida, nos artigos de *Content of the Form* eles são bem-vindos para lhe fornecer diversos conceitos para sua análise. Neste momento, White preza os novos modelos representados por Foucault, Derrida e Barthes que para ele autorizam inscrever os textos em discursos e vinculá-los a seus contextos¹⁹⁹.

A recepção dos estruturalistas e de suas auto-críticas já havia se tornado algo bem aceito e institucionalizado nos Estados Unidos e formado o que ficou conhecido como pós-estruturalismo. Como vimos, o pós-estruturalismo é um fenômeno especificamente criado e disseminado nos Estados Unidos caracterizando-se por um formalismo típico da crítica literária vigente até o momento de ascensão deste fenômeno com um “adicional” político que estava ausente nestas críticas anteriores. É exatamente esta transformação que parece ter mudado White de crítico aos autores da França classificando-os como críticos absurdistas à pessoa que afirma que tanto a base do estruturalismo quanto do pós-estruturalismo oferecem as melhores perspectivas para uma revisão proveitosa do problema central da história intelectual, o problema da ideologia²⁰⁰.

Nos ensaios deste livro, White ultrapassa a simples consideração pelas formas literárias que a história tem em comum com a literatura para se concentrar nos efeitos que a ideologia provoca nas narrativas sobre o passado. A narrativa, como já havia ficado claro em *Meta-História* não é neutra politicamente, mas agora White estende suas considerações para mostrar como ela moraliza os eventos que trata governando a articulação do discurso.

¹⁹⁹ WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press, 1987. p. 54

²⁰⁰ WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press, 1987. p. 54

Como Ankersmit observou, no momento de *The Content of the Form* os tropos foram quase que inteiramente substituídos pelas "políticas de interpretação"²⁰¹ que visualiza a ideologia como um processo em que diferentes tipos de significados são produzidos e reproduzidos pelo estabelecimento de um quadro mental em relação ao mundo no qual certos sistemas de significados são privilegiados quando necessários, mesmo maneiras naturais de reconhecer significados em coisas são reprimidos, ignorados ou escondidos no processo de representar o mundo à consciência²⁰².

Com o estudo da função ideológica da narrativa na representação do processo histórico, White conclui que a narrativa oferece um meio particularmente eficaz de produção da ideologia, ou seja, quando a narrativa é usada na escrita da história, não é só uma maneira de produzir um significado de aspecto social, mas também uma força retórica que garanta a aceitação deste significado²⁰³. Como Brook Thomas afirma, esta visão combina uma análise foucauldiana com uma noção de Barthes sobre a narrativa realista onde esta se torna base da ideologia burguesa. O discurso realista se torna o instrumento para remover as visões políticas utópicas da narrativa histórica²⁰⁴.

White cita Barthes como a tentativa da desconstrução da herança do "realismo" oitocentista que ele via como um conteúdo pseudocientífico de uma ideologia que aparecia como "humanismo em sua forma sublimada."²⁰⁵ Para Barthes, não há distinção entre o discurso histórico e o ficcional. O discurso histórico é exemplo para sua demonstração da função ideológica da narrativa como representação. Atacando a "falácia da referencialidade", Barthes argumenta que o discurso histórico tradicional é mais retrógrado que as ciências e as artes modernas porque estas indicam a natureza inventada de seus conteúdos²⁰⁶. Ele procura mostrar que a denúncia de Barthes contra a história não é algo geral, mas, uma

²⁰¹ ANKERSMIT, Frank. *History and Tropology. The Rise and Fall of Metaphor*. Berkeley : University of California Press.

²⁰² ANKERSMIT, Frank. *History and Tropology. The Rise and Fall of Metaphor*. Berkeley : University of California Press.

²⁰³ Rigney, Ann. *Narrativity and Historical Representation in Poetics Today*, Vol. 12, No. 3 (Autumn, 1991), pp. 591-605. Duke University Press.

²⁰⁴ THOMAS, Brook. *Narrative Questions in NOVEL: A Forum on Fiction*, Vol. 22, No. 2 (Winter, 1989), pp. 247-249. Duke University Press

²⁰⁵ WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press, 1987.

²⁰⁶ WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press, 1987. p. 54

denúncia da história narrativa. Neste momento, o estudo da retórica que permeou *Metahistória* e a análise dos tropos desaparecem para dar lugar a narrativa (como objeto principal de estudo) como estrutura da consciência que prefigura nossa experiência da temporalidade. A narrativa é vista como um meta-código universal na qual mensagens transculturais podem ser transmitidas, ao mesmo tempo que se torna o instrumento de "moralização" dos eventos o qual ela trata.

Logo na introdução, White conclui que a dissolução da distinção entre o discurso realista da história do discurso ficcional com base numa diferença ontológica entre seus referentes e a apreensão da narrativa como um sistema de produção de significados válidos para as formações sociais em que estão inseridos, explica a sua universalidade e o interesse dos grupos dominantes de dominar o controle dos mitos perpetrados pela narrativa e seu pretenso caráter mimético²⁰⁷. A narrativa se torna intrinsecamente ligada às questões de autoridade e pensar a diferença entre narrativa ficcional e narrativa realista como uma diferença ontológica serve para que os grupos dominantes controlem os mitos válidos de uma determinada formação cultural e os estabeleçam como universais. _As formas de realidade social que podem ser vividas se tornam limitadas e os relatos narrados na forma "válida" significam a adequação da história aos fatos. A revelação da não-adequação entre relato e narrativa e das implicações que elas carregam faz com o edifício cultural de uma sociedade entre em crise porque além de desconstruir um sistema específico de crenças, acaba colocando em dúvida a própria condição da possibilidade de uma crença socialmente significativa.

A narrativa é concebida, tomando o exemplo de Genette, como uma forma de falar caracterizada por um certo número de exclusões e condições restritivas e acusa a artificialidade da narrativa histórica, pois é, a partir do momento em que os acontecimentos reais tomam a forma de relato é que ela se problematiza. Pois naturaliza uma ordem que não existe.

É clara a diferença que se estabelece entre o estudo sobre a retórica dos historiadores em *Meta-História* com a narrativa deste momento. Se no livro de 1973, a pluralidade das formas estabelecem um certo tipo de liberdade para o historiador na escolha de seus modos de explicação, estilo literário e sua definição ideologia, em *The Content of the Form*, a historiografia a partir de sua disciplinarização no

²⁰⁷ WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press, 1987. p. 11.

século XIX é de toda forma conservadora. Isso é verificado no artigo sobre Fredric Jameson, quando White analisa como através de um constrangimento quanto suas similaridades com formas de história religiosas (principalmente a judaico-cristã), fez com que esta corrente política com o objetivo de parecer mais científica, descartou seus elementos proféticos²⁰⁸. A partir da interdições que a narrativa histórica produz, o visionarismo político deixa de ser um elemento possível da historiografia e se relaciona apenas com as políticas que conferem autoridade em sua sociedade.

Com o advento da história "científica", a autoridade que uma história pode estabelecer só pode ser conferida a partir da comprovação do mimetismo do relato sobre o passado, o realismo se torna identificado com o anti-utopismo e, ao contrário do que White acredita²⁰⁹, posiciona história e filosofia da história em categorias diferentes e não apenas existindo uma diferença de grau entre elas.

O visionarismo político que era uma característica da história de séculos anteriores não é proibido ou combatido pelas políticas conservadoras, ele é deslocado para o terreno do não-dito... Não foi a supressão do político na história, a principal operação da historiografia oitocentista, foi a interdição dos elementos que poderiam interferir na ordem burguesa. Esta disciplinarização da história não se relacionou apenas com o pensamento político, mas também com a retórica e representou a subordinação da escrita histórica à categoria de "beleza" enquanto suprimiu a de "sublime"²¹⁰. O que caracterizou este século, para White, foi a perda de uma relação com a história que procurava entrar nas mentes dos agentes do passado de forma imaginativa. A estética do belo funcionou como contemplação desinteressada e a relação entre sujeito e passado só foi aprovada a partir das regras de evidência que permitiram o imaginável através da caracterização de um personagem do passado consistente com os dados pesquisados.

O problema, argumenta White, não se apresenta na filosofia da história que professa sua ideologia abertamente, mas na história que se diz acima de qualquer programa político negando-o. A ascensão do belo em lugar do sublime na narrativa histórica teve como consequência para White a restrição de que qualquer ordem

²⁰⁸ WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press, 1987.

²⁰⁹ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001. p.137.

²¹⁰ As categorias de belo e sublime desde Kant possuem um papel importante na filosofia e principalmente na estética. O sublime é pensado por Hayden White como o caos e a falta de sentido que existem no mundo antes da sua formatação em um código como a narrativa, o belo é a estruturação do caos em um sistema ordenado.

social ideal deveria ser pensada menos como um exercício de vontade individual do que a liberação de sentimentos belos²¹¹.

Se em *Meta-História* a crônica, White explicita a transformação da crônica em história através dos modos de explicação que vimos anteriormente, mas ali esta transformação é mostrada apenas como táticas narrativas para se construir uma estória. Em *The Content of the Form*, esta transformação se torna uma explicação da "realidade" em torno de um centro social que carrega os eventos de significação moral e ética. Onde não existe este centro social e, portanto, leis a qual de deve obedecer não pode existir a narrativa histórica²¹².

Assim a não-percepção da configuração tropológica aliada à autoridade que a disciplina histórica se auto-confere, resultou no que White chama de uma série de exclusões que reprimiu o pensamento utópico de todos os espectros políticos classificando-os de filosofia da história, pois a disciplinarização da historiografia não agiu simplesmente como negação de elementos religiosos, grotescos e, especificamente, filosofias da história. Ela também caracterizou os eventos que puderam ser representados em uma narrativa. Este caráter positivo do discurso histórico disciplinou a imaginação e construiu uma nova "concepção" de fato como evento sob uma descrição²¹³.

A história é empírica e especulativa ao mesmo tempo, porque conforma os eventos dentro de um quadro imaginário, mas seu último referente é a prática social do cidadão que negocia sua posição em relação à autoridade social. Assim, a historiografia consegue constituir o sujeito na posição moral e política da autoridade por lidar com o plausível, que para White, é o resultado do conflito entre as restrições sociais da sociedade onde a narrativa histórica se apresenta e o imaginário, que se constitui pela libido e os instintos que constituem esta sociedade. O plausível se torna o caminho seguro de canalização deste imaginário através do controle das políticas possíveis em determinado momento histórico²¹⁴.

Depois de estudarmos algumas teses apresentadas no livro, podemos considerar White pós-estruturalista a partir dos artigos de *The Content of Form*? Fica claro a sua predileção pelos pós-estruturalistas em seus textos e o uso de

²¹¹ WHITE, Hayden. Getting Out of History. *Diacritics*, vol. 12, Fall 1982, pp. 2-13.

²¹² WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press, 1987. p. 11.

²¹³ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001. p.150

²¹⁴ KANSTEINER, Wulf. Hayden White's Critique of the Writing of History in *History and Theory*, Vol. 32, No. 3 (Oct., 1993), pp. 273-295. p. 283.

diversos de seus conceitos para a construção de suas idéias. Se em *Meta-História*, o objetivo era estudar a maneira com as estruturas verbais profundas construíam a narrativa histórica, em *The Content of the Form*, o estudo se concentra em identificar a maneira como estas narrativas históricas se ligam à autoridade e controlam as formas políticas possíveis de um determinado momento.

Mas é necessário observarmos a distinção entre crônica e história relatada por White neste livro para percebermos alguns “desvios” do que seria uma tese puramente pós-estruturalista e o suposto relativismo que viria com ela.

Este “desvio” vem principalmente do fato de ele propor uma definição de fato histórico que estabelece um espaço para os procedimentos de evidência factual retendo um elemento de estabilidade positivista que contrasta com a arbitrariedade epistemológica que ele confere ao nível da escrita histórica²¹⁵. Isso é demonstrado em diversos momentos do livro como na distinção entre a crônica e a história, pois como White coloca, a narrativa histórica fornece ao conjunto de eventos reais com os tipos de significado encontrados só em mitos e na literatura²¹⁶. Em *Narrativity in the Representation of Reality*, ele expõe que para uma explicação dos eventos ser histórica, não deve ser descrita em sua “ocorrência original”. Já em *Narrative in Contemporary Historical Theory*, ele explica a transcodificação dos “fatos” pela escrita histórica e em artigos posteriores ele distingue claramente entre eventos fatos²¹⁷, mostrando que a relação entre eles está sempre aberta para negociação e novas conceituações²¹⁸. e em *Teoria Literária e Escrita da História*, ele deixa claro que deve se distinguir o estudo do passado pelo historiador com a atividade de se relatar os resultados desta pesquisa, demonstrando que existe para ele uma clara definição entre o “mundo real” e o “discurso”²¹⁹.

²¹⁵ KANSTEINER, Wulf. Hayden White's Critique of the Writing of History in History and Theory, Vol. 32, No. 3 (Oct., 1993), pp. 273-295. p. 285.

²¹⁶ WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press, 1987. p. 45.

²¹⁷ WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press, 1987.

²¹⁸ WHITE, Hayden. Response to Arthur Marwick." *Journal of Contemporary History* 30 (April 1995), 233-246.

²¹⁹ “Nada disso implica que não devemos distinguir a atividade da pesquisa histórica (o estudo pelo historiador de um arquivo contendo informações sobre o passado) da atividade da escrita histórica (a composição pelo historiador de um discurso e sua tradução numa forma escrita). Na fase de pesquisa do seu trabalho, os historiadores estão empenhados em descobrir a verdade sobre o passado e em recuperar informações esquecidas, ou suprimidas, ou obscurecidas, e, é claro, extrair delas todo o sentido que puderem. Mas entre essa fase de pesquisa, que na verdade não se pode distinguir da atividade de um jornalista ou um detetive,

Isto só é possível pelo formato que as teses “pós-estruturalistas” tomaram no ambiente acadêmico norte-americano do qual Hayden White faz parte. A desconstrução que ele prega no último capítulo²²⁰ não se torna um infinito de significados que não retorna a uma última essência, pois os fatos reais funcionam como este centro pela qual a estrutura verbal fornecedora de significados se relata.

Mas mesmo com esta caracterização, as acusações de “relativismo” das suas teses continuaram a crescer, e por isso White foi aos poucos construindo formas de rebater as críticas e no artigo de 1992 *Historical Emplotment and the Problem of Truth* inserido na coletânea de artigos *Figural Realism*,²²¹ procura demonstrar que a representação de um evento como o Holocausto só pode ser feita através de uma narrativa que evite completamente a linguagem figurativa e que é possível construir uma representação realista empregando-se a “voz média”, conceito extraído da literatura modernista, e requerendo uma narrativa sem o narrador de fatos objetivos que não assuma nenhum ponto de vista fora dos fatos que descreve e exibindo o tom de dúvida sobre a interpretação dos eventos descritos e com os eventos não sendo posicionados como episódios sucessivos de uma estória. Este não seria um realismo baseado na concepção oitocentista, mas um realismo que mudara pela própria transformação social ocorrida no decorrer dos anos.²²²

Kansteiner argumenta que esta posição situa em uma posição ambivalente em relação aos pós-estruturalistas, pois significa uma rejeição dos argumentos de Barthes, Sande Cohen, Julia Kristeva e Lyotard quanto à problematização do uso da narrativa em sua função ideológica e indica uma mudança em seu pensamento quanto à *The Content of the Form* que rejeita a crítica pós-moderna²²³.

Menos que expressar uma virada em seu pensamento, os argumentos deste artigo, já encontram sua base nas idéias anteriores de Hayden White. Já que em

e a conclusão de uma história escrita, é preciso realizar várias operações transformadoras importantes, nas quais o aspecto figurativo do pensamento do historiador é mais intensificado do que diminuído”. In WHITE, Hayden. “Teoria Literária e Escrita da História”; em Estudos Históricos - Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991 [1988]. p. 7.

²²⁰ WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press, 1987.

²²¹ HARLAN, David. *The Degradation of American History*. p. 106.

²²² VANN, Richard T. *The Reception of Hayden White in History and Theory*, Vol. 37, No. 2 (May, 1998), pp. 143-161. Blackwell Publishing for Wesleyan University. p. 160.

²²³ KANSTEINER, Wulf. *Hayden White's Critique of the Writing of History in History and Theory*, Vol. 32, No. 3 (Oct., 1993), pp. 273-295.

nenhum momento, como tentamos demonstrar, há uma aderência total aos pressupostos pós-modernistas.

Conclusão

Esta dissertação teve como objetivo apresentar as influências do pensamento de White e através de sua análise, demonstrar que ele não pode ser caracterizado como um crítico pós-moderno radical. Nossa tentativa de classificação não possui um objetivo taxonômico e formal, mas sim, acreditamos que identificar suas diferenças em relação a estes críticos e o seu puro relativismo, nos permitem pensar as idéias de White de maneira distinta a o que muitos historiadores acreditam.

Partindo da idéia de que Hayden White mantêm a dicotomia entre ciência e história intacta e se utiliza da ironia como elemento transcendental, notamos que ele não procura a multiplicidade infinita das interpretações que é característica de muitos historiadores pós-modernos, mas sim, construir um sistema que o permita caracterizar as formas do discurso historiográfico. Mesmo em sua fase posterior formada pelos artigos que compõem *The Content of the Form* e *Figural Realism*, ele procura manter a distinção entre fato do passado e sua interpretação.

No decorrer da dissertação, foi permitido visualizar as propostas teóricas das influências declaradas de Hayden White para a construção de suas teses e pudemos concluir que elas o prendem em quadro conceitual, do qual apesar das inúmeras divergências em relação a elas, o historiador não consegue se livrar completamente.

Se quiséssemos estabelecer algum tipo de relação entre os temas de nossos dois primeiros capítulos, a crítica literária e a filosofia analítica da história, poderíamos chegar ao conflito que estabelecem entre ciência e narrativa. Tanto do lado dos críticos literários quanto dos filósofos analíticos existe uma clara distinção entre ciência e narrativa que só começará a ser apagada com a emergência do estruturalismo nos anos 60 do século XX.

White é o paradigma desta emergência na disciplina histórica, mas se aponta para os dispositivos retóricos que modificam o passado na narrativa histórica, isso

não o impede de repetir como Hempel o status proto-científico da disciplina histórica exatamente como um resultado de seu caráter retórico.

White tentará atingir um novo patamar em comparação com os filósofos analíticos, não através de uma ruptura total com suas premissas, mas pela construção de um sistema que possa abarcar o estudo de toda representação histórica narrativa.

Através das idéias estruturalistas, White pode se distanciar da análise das sentenças individuais como em Danto para se concentrar na narrativa histórica como um todo, considerando-a um significado de segunda ordem que se relaciona de maneira construtiva com os fatos que pretende narrar. A história como narrativa retira-se do discurso composto por conexões lógicas alcançadas através de deduções e aloca-se como sistema simbólico de representação.

Mas se como sistema simbólico de representação, a narrativa histórica deixa seu valor epistemológico como representação do passado, não deixa de se apresentar como algo que possa ser classificado e enquadrado em um sistema formal que permita ao estudioso classifica-la de forma neutra de acordo com seu sistema.

A crítica literária é inserida nos escritos de White, não simplesmente pelo caráter literário da escrita histórica, mas como o elemento que permite atingir um sistema de classificação para o discurso histórico e conseqüentemente o seu controle. Assim, a articulação entre sua base teórica da história e a crítica literária irá lhe prover de conceitos que não escapam da tentativa de encontrar um escopo científico pelo qual poderá construir suas análises de maneira “neutra.”

Se foi apontada diferenças cruciais entre o White de *Meta-História* e o de *The Content of the Form*, elas não foram notadas como forma de polarizar entre uma primeira fase “científica” e segunda “pós-moderna”. Se estas são as premissas da diferença, não significa que sua segunda fase seja caracterizada por um mergulho completo nas águas pós-estruturalistas. Como procuramos mostrar, este é o momento que White reconhece e aplica diversas influências pós-estruturalistas, mas nem por isso deixa de encontrar um certo terreno firme sobre o qual pisar, rejeitando a infinidade de interpretações e afirmando a existência do passado factual frente esta miríade de interpretações.

Por isso, podemos afirmar que a pretensão dos trabalhos de Hayden White não é tornar a disciplina histórica uma refém da linguagem, mas pelo contrário, quer

encontrar um ponto firme que torne possível desvendar esta linguagem que envolve a escrita histórica.

BIBLIOGRAFIA

ANKERSMIT, F. R., and KELLNER, Hans. 1995. A New Philosophy of History. Chicago:University of Chicago Press.

ANKERSMIT, Frank. History and Tropology. The Rise and Fall of Metaphor. Berkeley : University of California Press.

APPLEBY, Joyce; JACOB, Margareth; HUNT, Lynn. Talking the truth about history. New York : W. W. Norton, 1994.

BARRY, Peter. Beginning Theory: An Introduction to Literary and Cultural Theory, Manchester, Manchester UP, 2002.

BERMAN, Art. "Deconstruction in America." From the New Criticism to Deconstruction: the Reception of Structuralism and Post-Structuralism. Chicago: U of Illinois P, 1988.

BURKE, Kenneth. "The Five Key Terms of Dramatism." Introduction to The Grammar of Motives. Berkeley, CA:UCAP, 1969 xv-xxiii.

BURKE, Sean. The Death and Return of the Author: Criticism and Subjectivity in Barthes, Foucault, and Derrida. Edinburgh: Edinburgh UP, 1998.

CLARK, Elizabeth A. History, Theory, Text: Histories and the Linguistic Turn, Cambridge 2004.

CLARK,Steven H.Paul Ricoeur. London and New York,Routledge, Chapman and Hall, Inc., 1990.

COHEN, Keith. O New Criticism nos Estados Unidos. In: COSTA LIMA, Luiz.Teoria da literatura em suas fontes. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. II.

COSTA LIMA, Luiz. Aguarrás do tempo. Rio de Janeiro: Rocco,1989a.

COSTA LIMA, Luiz. Teoria da literatura em suas fontes. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. Vol. II.

COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. IN: MARTELOTTA, Mário Eduardo. Manual de Lingüística. São Paulo: Contexto, 2008.

CULLER, Jonathan. Barthes: A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2002.

DANTO, A.C. Analytical Philosophy of Knowledge. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1968.

- DURHAM, E. R. A dinâmica da cultura. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- EAGLETON, Terry. Literary Theory: An Introduction. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.
- ERLICH, Victor. Russian Formalism: History, Doctrine. Third Edition. The Hague: Mouton 1965.
- FRANK, Joseph. Pelo prisma russo: ensaios sobre literatura e cultura. São Paulo, Edusp, 1992.
- FRANZONI, Roberto. From words to numbers : narrative, data and social science. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2004.
- FUCHS, Eckhardt. Across cultural borders : historiography in global perspective, eds.: Fuchs, Eckhardt; Stuchtey, Benedikt. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield, 2002.
- GALLIE, W.B., "Narrative and Historical Understanding" [reprint of "The Historical Understanding" (1964), pp.40-51 in Roberts, G. (ed), The History and Narrative Reader, Routledge, (London), 2001.
- GARDNER, Howard. A Nova Ciência da Mente. São Paulo. EDUSP.1996
- GENTZLER, Edwin. Contemporary Translation Theories . Routledge, New York, 2003.
- GROSSMAN, Marshall, "Hayden White and Literary Criticism: The Topology of Discourse." Papers on Language and Literature, vol. 17, no 4, Fall 1981, pp. 424-445.
- HABIB, M. A. R. A History of Literary Criticism from Plato to the Present. Oxford: Blackwell, 2004.
- HARLAN, David. The degradation of American history. Chicago : Chicago University Press, 1997.
- HOLUB, Robert C. Reception Theory: A Critical Introduction. London: Methuen, 1984.
- IGGERS, George G. Historiography in the Twentieth Century: From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge. Hanover, NH: Wesleyan U P, 1997.
- JAKOBSON, Roman. Lingüística e comunicação. São Paulo, Cultrix, 1969.
- JENKINS, Keith (Ed). The Postmodern History Reader. Routledge, 1997.
- KANSTEINER, Wulf. Hayden White's Critique of the Writing of History in History and Theory, Vol. 32, No. 3 (Oct., 1993), pp. 273-295.

KLEIN, Kerwin Lee. *Frontiers of Historical Imagination: Narrating the European Conquest of Native America, 1890-1990*. Berkeley, CA, University of California Press. 1999.

KORHONEN, Kuisma. *Tropes for the Past: Hayden White and the History/Literature Debate*. Rodopi, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Translated by Todd Samuel Presner and others. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 2002.

LACAPRA, Dominick. *Rhetoric and History in History and Criticism*. Ithaca: Cornell UP, 1985.

LENTRICCHIA, Frank. *After the New Criticism*. Chicago University of Chicago Press. 1980.

MCFARLAND, Thomas. *Romanticism and the Heritage of Rousseau*. Oxford: Clarendon, 1995.

NEALON, Jeffrey T. *Double Reading: Postmodernism after Deconstruction*. Ithaca and London: Cornell Univ. Press, 1993.

NOVICK, Peter. *That Noble Dream: The "Objectivity Question" and the American Historical Profession*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

PERKINS, David. "Literary history and historicism." *Romanticism*. Ed. Marshall Brown. Cambridge University Press, 2000. Cambridge Histories Online. Cambridge University Press.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Do Positivismo à Desconstrução: Idéias Francesas na América*, São Paulo: EDUSP, 2003.

POLKINGHORNE, Donald. *Narrative knowing and the Human Sciences*. Albany, NY: SUNY Press, 1988.

RANSOM, John Crowe, 'Criticism, Inc.', *The World's Body*. New York: Scribner's, 1938.

REIS, António Alves dos Reis. *O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários*, Coimbra, Liv. Almedina, 1995; 2ª ed.: 1997.

RITTER, Harry. *Dictionary of Concepts in History*. Westport: Greenwood Press, 1986.

RIVKIN, Julie and RYAN, Michael. Eds. *Literary Theory: An Anthology*. Malden, Massachusetts: Blackwell, 1998.

ROSSI, Ino. *The Logic of Culture: Advances in Structural Theory and Methods*. Tavistock Pubns, 1982.

RUSSO, John Paul, The future without a past : the humanities in a technological society. Columbia ; London : University Press of Missouri, 2005.

SHKLOVSKY, Viktor. Art as a Technique in L. T. Lemon and M. J. Reis, trans. and eds., Russian Formalist Criticism: Four Essays (Lincoln: Univ. of Nebraska Press, 1965).

STAM, Robert. Introdução à teoria do cinema. Campinas, Papirus, 2003.

STEINER, Peter. "Russian Formalism." The Cambridge History of Literary Criticism. Ed. Raman Selden. Vol. 8. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. 11-29. 8 vols.

TYSON, Louis. Critical Theory Today: A User-Friendly Guide. New York: Garland Press, 1999.

VANN, Richard. Louis Mink's Linguistic Turn in History and Theory, Vol. 26, No. 1 (Feb., 1987), pp. 1-14. Blackwell Publishing for Wesleyan University.

VANN, Richard T. The Reception of Hayden White in History and Theory, Vol. 37, No. 2 (May, 1998), pp. 143-161. Blackwell Publishing for Wesleyan University.

VASCONCELOS, José Antonio. Quem tem medo da teoria?: a ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005.

WANG, Ning. Northrop Frye and Cultural Studies, in Northrop Frye: Eastern and Western Perspectives, ed. Jean O'Grady and Wang Ning (Toronto, ON: U of Toronto P, 2003), 82-91

WAUGH, Patricia. Literary Theory and Criticism. Oxford University press, Oxford, 2006.

WHITE, Hayden. An Old Question Raised Again: Is Historiography Art or Science? (Response to Iggers). "Rethinking History, vol. 4, no 3, December 2000, pp. 391-406 (discussion with: Georg G. Iggers, "Historiography between Scholarship and Poetry: Reflections on Hayden White's Approach to Historiography." Rethinking History, vol. 4, no 3, December 2000, pp. 373-390.

WHITE, Hayden. Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1999.

WHITE, Hayden: Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

WHITE, Hayden. Response to Arthur Marwick." Journal of Contemporary History 30 (April 1995), 233-246.

WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press, 1987.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001.

WILBANKS, Ray. *Literature of Tennessee* University Press, 1984.

WOLFREYS, Julian, ed. *Modern North American Criticism and Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd., 2006